

HISTÓRICAS

09/09/1948
**Fundação
da RPDK**

+ pag/21

OPERÁRIAS

**Avança a
privatização
dos Correios**

+ pag/19

POVOS ORIGINÁRIOS

**Novos retrocessos e ataques são
implementados pelo estado burguês
contra os direitos dos povos originários**

+ pag/10

A LUTA PELA
Autodeterminação

CENTRAIS SINDICAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS ARRASTAM AS MASSAS ÀS ELEIÇÕES BURGUESAS EM DEFESA DE LULA 2026

EDITORIAL pag / 2 e 3

*Organizar oposições classistas e revolucionárias para recuperar
os sindicatos e os reerguer como instrumentos de frente única
para a luta de classes, sob o programa e estratégia proletárias*

INTERNACIONAL

EDITORIAL

+ pag / 22 e 23

O imperialismo e aliados se preparam para uma guerra em grande escala

NACIONAL

**CRISE POLÍTICA AGRAVA
A DISPUTA ELEITORAL
INTER-BURGUESA
ANTES DE COMEÇAR AS
CAMPANHAS PARA 2026**

+ pag/4

"PRISÃO AOS GOLPISTAS"
**A esquerda
democratizante se
subordina à política
da burguesia**

+ pag/8

SINDICAIS

**Paralisação histórica
em Caraguatatuba
leva mais de 700
servidores às ruas!**

+ pag/15

APEOESP

**Balanço do Pré-Congresso
da Apeoesp na Subsede
Caraguatatuba**

+ pag/16

INTERNACIONAL + pag/28 e 29

**COMO CARACTERIZAR
O GOVERNO TRUMP**

INTERNACIONAL + pag/26

**Trump intensifica
ofensiva sob a
Venezuela e Maduro
responde denunciando o
intervencionismo, mas
com um tom conciliador**

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais *arrastam as massas às eleições burguesas em defesa de Lula 2026*

*Organizar oposições classistas e revolucionárias para **recuperar os sindicatos** e os reerguer como instrumentos de frente única para a luta de classes, sob o programa e estratégia proletárias.*

Desde a ascensão de Bolsonaro ao segundo turno da eleição presidencial em 2018, os partidos centristas, reformistas e estalinistas que dirigem as principais organizações das massas e centrais, intensificaram a adoção de medidas de contenção das lutas para impor a narrativa do combate ao fascismo para derrotar a direita e extrema-direita no campo eleitoral, abandonando e traíndo as greves e manifestações por salário, empregos e direitos. As tendências fascizantes de Bolsonaro não evoluíram para impor um governo bonapartista ou fascista, em grande parte pela falta de necessidade de combater as centrais, sindicatos e movimentos sociais, já que estes desviaram a disposição de luta dos explorados para o campo institucional, limitando-se a judicialização de algumas reivindicações ou apresentando e apoiando projetos de lei para emendar, no campo do ataque, as contrarreformas.

Bolsonaro aprovou sem grande resistência nas ruas as principais medidas de ataque aos explorados, a exemplo da contrarreforma previdenciária e a privatização da Eletrobrás. Enquanto que os partidos reformistas e seus satélites, que se reivindicam da “esquerda”, se utilizaram das medidas impopulares e anti-operárias para desgastar ainda mais a imagem de Bolsonaro eleitoralmente, ao mesmo tempo que defendiam e impulsionaram a candidatura de Lula para 2022 afirmando que, sob seu governo, se retomariam os direitos perdidos e se melhoraria a vida das massas.

O retorno de Lula à presidência foi tido, pelos partidos centristas, reformistas e estalinistas, como a constituição de um governo “seu” e uma derrota dura para a ultradireita que se via ejetada do poder do estado. Não obstante, continuaram utilizando os aparatos que dirigem para continuar bloqueando as lutas, desta vez, em defesa da governabilidade de Lula. Assim, rasgaram e

//

...

As contrarreformas aplicadas por Bolsonaro, e denunciadas na campanha eleitoral para projetar Lula sob a promessa de que seriam revistas, não foram revogadas. Ao contrário, diante da situação mundial do capitalismo, em sua fase imperialista e de decomposição, Lula continuou e ampliou os ataques.

continuam rasgando a independência de classe, e ocultam ou apoiam os ataques de Lula/Alckmin sob o espantinho do cerco do bolsonarismo e aliados contra o governo, para não o enfraquecer. Mais uma vez serviram de garantes aos ataques às massas do governo burguês em benefício dos lucros dos capitalistas, como exemplo, a substituição da lei de Teto dos Gastos pelo Arcabouço Fiscal, que impõe a retirada de verbas para setores como educação e saúde para garantir o pagamento dos juros da dívida pública, ou bem das privatizações das bacias de petróleo no Amazonas

As contrarreformas aplicadas por Bolsonaro, e denunciadas na campanha eleitoral para projetar Lula sob a promessa de que seriam revistas, não foram revogadas. Ao contrário, diante da situação mundial do capitalismo, em sua fase imperialista e de decomposição, Lula continuou e ampliou os ataques. A reforma trabalhista e previdenciária foram preservadas, e agora soma-se a Reforma Administrativa que destruirá a estabilidade, direitos e carreira do funcionalismo. Lula repete o que é necessá-

rio e obrigatório a todo governo burguês: manter os ataques e continuar com as contrarreformas contra as massas.

GOVERNO DE FRENTE AMPLA LULA/ALCKMIN MANTÉM O ATAQUE ÀS MASSAS PARA GARANTIR O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Ao contrário do que propagandeiam as direções sindicais e dos movimentos sociais, o governo Lula/Alckmin manteve e intensificou os ataques de Bolsonaro aos trabalhadores e demais oprimidos. No INSS, manteve a precarização das condições de trabalho e salários arrochados, reprimiu a greve e impôs uma reforma administrativa por meio de portaria ministerial. Na Petrobrás, a terceirização continua a ser o principal vínculo de trabalho, manteve-se o PPI e continuam as privatizações. Nas universidades federais, o acordo da greve de 2024 (que foi duramente reprimida) não foi cumprido e o reajuste de 9% previsto para janeiro foi aplicado somente em maio, além da limitação de 61% do orçamento previsto. Os portuários permanecem sob a ameaça de privatização e perda dos empregos. O governo federal anunciou uma “economia” de R\$ 25,9 bilhões em 2025 com processo de revisão de gastos, na prática dificultando acesso para benefícios do INSS e Bolsa Família, sob o lema “Revisar para repriorizar”.

A contenção de despesas, seja não reajustando o salário de servidores, seja retirando verba da saúde, educação e programas sociais, serve para realocação de bilhões de reais com o intuito de honrar o pagamento da dívida pública que hoje está acima dos R\$ 7,9 trilhões.

Como se vê na prática, a eleição de governos que se reivindicam da esquerda não está desvinculada das leis gerais do capitalismo, portanto, não é possível aplicar reformas que melhorem as condições de vida das massas. Ao contrário, a tendência geral do capitalismo em sua fase de decomposição é de necessidade de ataque aos explora-

// **As direções centristas, reformistas e estalinistas já têm se lançado em defesa de Lula 2026 no interior dos sindicatos e movimentos sociais.** Para defenderem Lula, ocultam que este é o alçó de turno dos explorados, camuflando ou escondendo seus ataques e impedindo que as massas se choquem com o governo em defesa de suas condições de vida mais imediatas.

→ dos para proteger o lucro da burguesia.

DIREÇÕES ARRASTAM OS SINDICATOS PARA AS ELEIÇÕES BURGUESAS E ACUMULAM TRAIÇÕES PARA COM OS EXPLORADOS

As direções centristas, reformistas e estalinistas já têm se lançado em defesa de Lula 2026 no interior dos sindicatos e movimentos sociais. Para defenderem Lula, ocultam que este é o alçó de turno dos explorados, camuflando ou escondendo seus ataques e impedindo que as massas se choquem com o governo em defesa de suas condições de vida mais imediatas.

Os sindicatos da educação, por exemplo, não podem combater as políticas de arrocho salarial, escolas cívico-militares, terceirização, ensino integral, avaliações de desempenho etc., aplicado pelos governos de direita nos estados e municípios pois certamente um movimento consequente com essas bandeiras, naturalmente se chocaria com Lula e o PT, que nacionalmente aplicam as mesmas ou políticas similares. Assim, para proteger o governo que entendem como “seu”, são obrigados a trair os explorados, contendo a disposição de luta e canalizando as reivindicações para a disputa eleitoral burguesa ou medidas jurídicas e pressão sobre os parlamentos, criando e fortalecendo a ilusão de que essa disputa no campo da burguesia poderá trazer vitórias quando, como mostra a experiência, essas vias têm sido o cemitério das reivindicações e da luta de classes. Ao blindarem o governo de frente ampla, as esquerdas deixam o caminho livre e pavimentado para a retirada de direitos, novos ataques e mais retrocessos.

Este processo é denunciado nos movimentos e sindicatos em que o PPRI atua. Mas, onde uma tendência de oposição que reivindique dos métodos do proletariado para pôr abaixo os ataques patronais se manifesta, as direções traidoras intensificam o processo de burocratização, ou seja, limitam ainda mais a democracia sindical para que suas posições governistas e a canalização para as disputas burguesas sejam impostas, na tentativa de estancar parte da impopularidade do governo e

impulsioná-lo face a pesquisas eleitorais que demonstram-se incertas.

COLABORAÇÃO DE CLASSE E ELEITORALISMO

O que se viu no Grito dos Excluídos, que ocorre desde 1994, foi a capitulação das direções do movimento de abaixar as bandeiras históricas contra a falta de moradia, de saúde e de educação, a ausência de reforma agrária e urbana, a luta por serviços públicos de qualidade, dentre outras bandeiras, e fortalecer a “defesa da democracia”, “sem anistia aos golpistas!”, “prisão para os golpistas!” e o lema “soberania não se negocia”. Bandeiras que servem à campanha eleitoral. Assim, aprofundou-se a adaptação dos partidos e correntes reformistas e centristas às eleições burguesas, tentando criar condições de desgaste da imagem da direita com o processo no STF e de blindagem ao governo de frente ampla de Lula/Alckmin, que não apenas se mostrou impotente em aplicar reformas progressistas para atender as reivindicações dos oprimidos, como fundamentalmente seguiu a trilha de ataques e contra reformas de Temer e Bolsonaro.

As bandeiras impulsionadas pelos centristas, reformistas e estalinistas são alheias aos interesses dos oprimidos, servindo apenas para a disputa interburguesa eleitoral.

CONDENAÇÃO DE BOLSONARO AMPLIARÁ A CRISE INTER-BURGUESA

Fechamos este jornal quando o STF condenou Bolsonaro, por quatro votos contra um, a 27 anos e 3 meses de prisão por delitos relacionados com a tentativa de golpe de estado e atentado contra as instituições democráticas. Está ainda em aberto se sua detenção será imediata e qual o presídio onde cumprirá a pena. Importa agora assinalar, rapidamente, que essa medida agrava a crise política que vinha se processando ao interior da frente ampla burguesa que levou Lula à presidência em 2022. Setores da direita com cargos de ministérios e secretarias, vem tecendo com o bolsonarismo uma lei da anistia. É possível que em retaliação se veja uma saída de vários funcionários da base aliada da direita

do governo, bem como uma ruptura no interior do Congresso, deixando um fim de mandato conturbado para Lula. Ainda que Bolsonaro seja anistiado pelo Congresso, o que abriria uma crise institucional sem precedentes, continua inelegível. De forma que a frente ampla da direita e ultradireita se utilize de sua figura e da anistia apenas como espantalho para uma legenda de unidade nacional para derrotar Lula. Os próximos meses serão, portanto, decisivos.

É NECESSÁRIO ROMPER COM O GOVERNISMO E DESENVOLVER A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E AÇÃO DIRETA DAS MASSAS

A vanguarda com consciência de classe e as correntes que se reivindicam do marxismo devem romper com o governismo, camuflado de defesa da democracia, para conquistar e desenvolver a completa independência de classes no interior dos sindicatos e movimentos sociais, negando a canalização da disposição de luta das massas aos métodos jurídicos-parlamentares, e impulsionando a ação direta e os métodos próprios do proletariado, sob a organização da democracia operária e de posse do programa e estratégia próprias do proletariado para combater a burguesia e os governos, e abrir caminho à luta revolucionária.

A história e a experiência demonstram que somente pela real luta de classes (paralisações, greves, piquetes, etc.) há a possibilidade de se combater os ataques às condições de vida dos explorados, sejam eles desferidos pelo governo de turno da esquerda ou direita. Inevitavelmente, esta política de independência de classe e ação direta irá se chocar com oportunistas e burocratas que traíram e traem o conjunto dos explorados. A tarefa histórica é de libertar os sindicatos de suas direções reacionárias, que há muito abandonaram a ciência marxista e se utilizam de seu aparato para criar um verdadeiro “curral eleitoral”. Para isso será necessário organizar oposições classistas e revolucionárias para recuperar os sindicatos e os reerguer como instrumentos de frente única para a luta de classes. ●

Crise política agrava a disputa eleitoral inter-burguesa antes mesmo de começar as campanhas para 2026

Em Nota do PPRI n° 76 (*"Trump ameaça o Brasil, o governo de Lula quer negociar!"*), do dia 18 de julho, assinalamos que *"A escolha de defender Bolsonaro demonstrou que Trump procura elevar a presidência em 2026 a um capacho fiel e subserviente a suas ordens diretas"*. Seja qual for o resultado do julgamento no STF (fechamos esta nota quando o STF se encaminhava para uma condenação), Bolsonaro continua inelegível por decisão do TSE. Eis porque, dizíamos, *"era necessário avaliar como possibilidade que as ameaças visam a ajudar à formação de uma frente da direita e ultradireita contra Lula e aliados reformistas, que, em caso de ser vitoriosa em 2026, contará com seu apoio econômico e político direto para romper (ou diminuir) as trocas e acordos comerciais com a China"*. Algumas semanas depois de escrita a Nota política, foram criando-se condições para essa *"frente da direita e ultradireita contra Lula e aliados reformistas"* tomar forma. Neste artigo, avançamos na análise de como vai se constituindo as bases de uma *"frentona"* da direita e ultradireita para derrotar Lula em 2026.

FRENTE AMPLA SE ESTILHAÇA E A DIREITA E A ULTRADIREITA CONVERGEM NO ARMADO ELEITORAL DE 2026

Logo quando foi iniciado o julgamento no STF, PP e União Brasil (UB) anunciaram a formação da Federação "União Progressista" e seu objetivo de apoiar a candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos). Com quatro mi-

nistérios, o PP e a UB não pretendem ainda abandoná-los, e sim se aproveitar desses postos para usá-los em favor do armado eleitoral. Tarcísio se mostrou favorável a aprovar uma anistia geral ou reduzir as penas para os processados pelo 08/01/2023 visando atrair o "clã" Bolsonaro a sua candidatura. Ciro Gomes (PDT) se adaptou aos objetivos e interesses do PP, UB e Republicanos para uma legenda de "unidade nacional" para conquistar o governo cearense em 2026 - e mais governações e prefeituras em 2028. Estão em tratativas a integração do PSD, Novo e do MDB à "frentona" de oposição direitista antipetista.

Com a formação da "Federação União Progressista" (PP+UB), a direita garante imediatamente a maior bancada parlamentar que poderá servir a desestabilização (caso o PT ganhe as eleições) ou para a estabilização do próximo eleito (caso o PT seja derrotado). Além de garantir uma maior fatia do orçamento dos fundos partidários e eleitorais, maior tempo de propaganda eleitoral na TV e rádio, etc.

A guerra tarifária aberta por Trump serviu ao centrão e à direita para começar a tecer alianças com a ultradireita bolsonarista. O julgamento do STF contra Bolsonaro e aliados na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 impulsionou a aproximação da ultradireita a esses setores. A convergência ao redor das leis no Congresso procura avaliar a possibilidade de uma anistia aos que participaram da aventura. A maioria da população brasileira se pronunciou favorável ao processo do STF para estabelecer as responsabilidades do ex-presidente na trama golpista, ou seja, em apoio ao "devido processo". Cresceu a popularidade de Lula (ainda que breve e conjunturalmente) após as manobras do "refugiado" Eduardo Bolsonaro trabalhando abertamente para o governo dos EUA contra o Brasil. Mas, um acordo ao redor das pautas reacionárias e da anistia garantiria o apoio de Bolsonaro (e do grande setor da população que continua na sua base eleitoral) ao candidato escolhido pela frente para derrotar o PT.

CONGRESSO AMPLIA A CRISE POLÍTICA DO PT E ALIADOS

O Congresso tem se tornado o campo preferencial para estabelecer as bases políticas da frente ampla da direita e ultradireita para 2026. Nesse sentido, têm sido aprovadas ou apresentadas diversas medidas e leis que se, de um lado, servem de campo prático para avaliar até onde chegam os acordos da "frente" de oposição, de outro, tem servido para desestabilizar o governo de Lula/Alckmin o obrigando a novas concessões para não perder apoio do Congresso para a aprovação dos projetos de seu interesse.

Foram aprovados ou estão em discussão diversos projetos de Lei: **1)** o Senado aprovou por 50 votos contra 24 a alteração da *Lei da Ficha Limpa* que que reduz o prazo de inelegibilidade para políticos condenados (excetuando por crimes hediondos, lavagem de dinheiro e organização criminosa) a ser contado a partir da condenação, e não mais após o cumprimento da pena; **2)** foi apresentado uma *"PEC de Anistia"* para os condenados pelo 8 de janeiro de 2023 que, inicialmente, não incluiria condenados por organização criminosa e aqueles que promoveram atentados contra o "Estado de Direito"; **3)** outra que retira do STF o julgamento de *"autoridades envolvidas contra a democracia"* ou desvio de emendas parlamentares (a chamada *"PEC da Blindagem"*); **4)** se discute uma lei para proibir conteúdo de sexualização de crianças em ambiente digital, deixando sem regulamentação a produção de conteúdos das empresas tecnológicas e o uso da IA; **5)** está em discussão também a privatização da Caixa Econômica Federal, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), a Telebras e os Correios; **6)** a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou (20/08/2025) um novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) que: **a)** reduz as restrições a candidaturas de militares, policiais, juízes e funcionários do MP; **b)** implementa a impressão do voto eletrônico por cada urna em *"em local previamente lacra-*

↑

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA



"Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia"

Adquira com nossos militantes!

→ do”, o mesmo projeto rejeitado pelo STF por inconstitucional; c) elimina a padronização da apresentação das contas partidárias, restringindo a ação da Justiça Eleitoral apenas a erros contábeis, excluindo a apuração de superfaturamentos, desvio de fundos etc.

É a esse Congresso em que as relações de forças são claramente desfavoráveis aos “reformistas” que se submetem e subordinam as direções populares e sindicais das massas. Todas as iniciativas surgidas desde as bases em defesa das condições de trabalho (greves e manifestações pelo Fim da escala 6x1), greves impostas contra a vontade das direções em defesa do aumento e salários e contra o recorte dos direitos (Federais, Apeoesp, Sinpeem etc.) foram desmontadas e desviadas ao campo do democratismo burguês do plebiscito que reforça as ilusões democráticas e servem ao reformismo para tecer suas alianças eleitorais. As greves são traídas para impor goela abaixo os ataques e contrarreformas do governo, chamado a confiar nas negociatas parlamentares e nos “deputados de esquerda”. Traições, derrotas e entreguismo objetivam não prejudicar a candidatura de Lula para 2026, ou de quem seja designado pelo caudilho. Há até os ditos marxistas que justificam as traições (ver página 6)

CONDIÇÕES ECONÔMICAS SE APRESENTAM SOMBRIAS PARA AS MASSAS EM 2026

A situação econômica neste segundo semestre ficou relativamente estabilizada. A inflação não se apresenta como perigo imediato e a conjuntura trouxe ainda um novo fator derivado da guerra tarifária que contribui a sua estabilização: a redução dos preços de frango, café e carne com direto impacto nos salários. O projeto do Orçamento de 2026, da *Lei Orçamentária Anual* (LOA), foi enviada ao Parlamento com alterações quanto à previsão do crescimento econômico de 2,5 % para 2,44 %, enquanto se prevê a elevação do IPCA de 3,5% para 3,6%, acima da meta, que continua fixada em 3%.

No projeto de Orçamento se estima um salário mínimo de R\$ 1.631 (R\$ 123 a mais dos atuais R\$ 1.518: um aumento de 7,44%), que a taxa Selic fique em 13,11% em média; se reduza o montante destinado ao Bolsa Família,

que ficará em R\$ 158,6 bilhões (abaixo da meta fixada); reajuste de 6,4% no Novo PAC ficando em R\$ 52,9 bilhões etc. O problema do governo reside em que esses orçamentos estarão dentro de um quadro de tendências de enfraquecimento das atividades econômicas e de ataques tarifários, o que levará o governo a realizar novos cortes orçamentários em serviços públicos, salários e direitos.

São sem dúvida os gastos com juros da dívida (somaram R\$ 941,2 bilhões ou 7% do PIB nos últimos 12 meses) é a cadeia mais forte que impede o desenvolvimento econômico do país e a imediata melhoria das condições de vida das massas. Segundo estimativas, a relação entre dívida/PIB ultrapassará 80% no próximo ano. Isto acontece no momento em que o déficit nominal do setor público sobe para R\$ 968,5 bilhões - maior nível desde dezembro de 2024. Pende sobre a cabeça do governo o gigantismo da dívida pública que consome grande parte da produção de riquezas e dos ingressos fiscais que são enviados ao exterior para enriquecer um punhado de parasitas, à custa de afundar as massas na miséria.

Agrava-se a tendência de desindustrialização e de gigantismo dos serviços e atividades extrativas, ou seja, a primarização da economia de acordo às imposições da divisão social do trabalho imposta pelos monopólios. Se bem a indústria de transformação cresceu minimamente (0,5%), o fez no quadro de quedas de até 4% nos últimos anos e de estagnação de janeiro a março. Segmentos da indústria decisivos para expansão das forças produtivas retrocedem (eletricidade, gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos, transformação e construção). A guerra tarifária dos EUA agrava essa tendência e, tanto, os ataques contra os assalariados para manter os lucros dos patrões. O que no quadro de retrocesso dos investimentos produtivos (encarecendo os créditos) e consumo do estado em queda, refletem-se em um retrocesso na formação de capital fixo por parte do estado, mas também dos privados.

O déficit passou de 1,5% do PIB para 3,5%. Se o ano passado parte desse déficit se compensa por investimentos diretos (públicos e privados), aquecendo

a economia, desde 2025 se configurou uma tendência contrária com a queda dos investimentos e encarecimento do crédito em nível mundial e, especialmente, pelas flutuações e instabilidade do dólar produto dos conflitos tarifários, que alteram permanente o valor de referência das mercadorias e dos créditos. As tendências de queda das atividades econômicas jogam contra o governo, e favorece à frente ampla da direita e ultradireita em formação.

Se bem os empregos cresceram, trata-se de empregos terceirizados ou diretamente sob a pejetização, o que puxa para baixo o preço dos salários e pressiona à mudança dos direitos trabalhistas em todos os setores assalariados. A aceitação pelo governo da pejetização significa enterrar a lei para a redução da jornada de trabalho antes mesmo de ser discutida, ou pelo menos, restringir a alguns setores de interesse da burocracia. A Reforma Administrativa completa o quadro de traições das direções sindicais e de Lula contra os assalariados.

A CRISE DO GOVERNO É DITADA PELA DESAGREGAÇÃO DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

A continuidade do apoio estadunidense à guerra na Ucrânia; a guerra comercial dos EUA desintegrando o mercado mundial e agravando os choques entre estados; a continuidade do genocídio palestino contando com a cumplicidade dos governos, incluído o de Lula; as ameaças contra Venezuela, a derrota do MAS na Bolívia e a capitulação da Argentina e do Equador aos EUA, dentre outros fatores, mostram que Trump encabeça uma violenta ofensiva contrarrevolucionária que objetiva impor rápidas mudanças nas relações econômicas e políticas contra os países que entravam seu expansionismo ou ensaiam uma limitada soberania. As imposições tarifárias arbitrárias e a aplicação de leis estrangeiras para punir funcionários do judiciário (Lei Magnitsky), assim como a pressão das empresas tecnológicas norte-americanas para barrar a regulamentação das atividades digitais no país, somam-se às pressões para o Brasil restringir as relações comerciais com a China e os BRICS. O objetivo de Trump é cercar

e enfraquecer o governo Lula, criando as condições da vitória de uma frente ampla direitista em 2026.

Lula capitulou perante a guerra tarifária e capitulará também à direita para garantir um último ano sem muitos sobressaltos. As perdas dos exportadores foram parcialmente compensadas com a disposição da China de comprar café e outros produtos que perderam os mercados norte-americanos, etc. Sobretudo, após o governo dispor de R\$ 30 bilhões para os exportadores e se orientar a facilitar ataques aos empregos e salários (Lay-Off, PDV's, banco de horas, pejotização irrestrita etc.). Está garantido o Plano Safra para o ano que vêm que entrega bilhões aos capitalistas. Se mantêm e ampliam os ataques orçamentários do Arcabouço Fiscal para garantir o pagamento dos parasitas da dívida pública. Estão sendo negociadas licitações e entrega de minerais à exploração imperialista, como exigido pelos EUA. Foram leiloadas jazidas de petróleo à costa dos direitos dos povos indígenas. Estão

sendo aprovadas leis regressivas para as condições de trabalho. O terceiro governo de Lula trouxe como um de seus resultados o aumento da riqueza dos bilionários brasileiros à costa da pejotização generalizada.

As medidas do governo são favoráveis aos monopólios e ao capital financeiro, e deveriam estar garantindo a governabilidade de Lula. Mas, essas condições relativamente favoráveis são arrasadas pelas tendências mundiais que se impõem pela força sobre o país. Sobre essa base se irá realizar a acomodação oportunista das forças burguesas e se processam os arranjos eleitorais para 2026.

COMBATER O GOVERNO BURGUESES. O ELEITORALISMO E AS TRAIÇÕES DAS DIREÇÕES BUROCRÁTICAS

As greves, manifestações e atos deste último ano demonstraram que é a política das burocracias sindicais e das direções políticas e populares das massas enterrar e trair as greves para tentar garantir a reeleição de Lula em

2026. Os explorados pagarão com rebaixamento de salários, terceirização, privatizações e destruição de direitos para que as direções preservem a governabilidade do governo burguês que os ataca e destrói suas condições de vida. A defesa da democracia burguesa, portanto, da ditadura capitalista, é a palavra de ordem inclusive das correntes e partidos que se dizem do socialismo. Os centristas se arrastam por trás da estratégia burguesa para propagandar a Oposição de Esquerda.

Perante a embriaguez democratizante e a subserviência à democracia burguesa, a vanguarda com consciência de classe que não capitulou deve combater o democratismo e assinalar a via para efetivar a ruptura dos sindicatos e organizações com todos os governos burgueses. A luta pela independência de classe somente pode ser desenvolvida na base de um programa e de métodos revolucionários, que eleva o instinto comunista do proletariado à estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Democratismo burguês desavergonhado de Valério Arcary (Resistência/PSOL)

Antecipando as campanhas eleitorais para 2026, Valério Arcary se apressou a colocar argumentos visando subordinar um setor da vanguarda ao PT.

No texto “Uma nova conjuntura” (01/07/2025), assinala que o Congresso se assume como oposição “que unifica todas as alas e correntes da burguesia”, abrindo uma “dualidade de poderes institucional”. Diz ainda que a burguesia teme “de que Lula possa reagir e apelar à mobilização popular” e visa “impedir a reeleição de Lula”. Inclusive alerta da possibilidade de um “novo golpe” como o sofrido por Dilma Rousseff se Lula ganhar. Assim, exige da esquerda ganhar “apoio na mobilização de massas” para que, “este movimento de ‘baixo para cima’”, corresponda “a um giro do governo para

a esquerda”. Portanto, condiciona a mobilização das massas ao “protagonismo pessoal de Lula” que caracteriza de “insubstituível” na conjuntura eleitoral. Nos fatos, se alia à burocracia sindical traidora no objetivo de subordinar os movimentos, manifestações e lutas ao objetivo da reeleição de Lula e à vitória eleitoral do PT e aliados. A esse objetivo serviria reforçar a “frente única construída em torno à campanha pelo plebiscito popular”. Conclusão: “Existem dois campos em luta neste momento”, e abrir “uma brecha para um terceiro campo” da “oposição de esquerda” seria serviçal ao “bloco reacionário”.

Para Arcary, a intervenção eleitoral não subordinada aos objetivos do governo é ser funcional à direita e ultradireita. Bastaria isso para demonstrar que Arcary abandonou por completo o

marxismo, e adotou o ponto de vista do PT, afundando no democratismo burguês típico das correntes reformistas que reduzem a luta de classes à escolha eleitoral do menos pior. Por isso não oferece nada novo à análise e apenas repete os mesmos argumentos de um artigo seu de ano passado¹ para as eleições municipais de SP, que criticamos em nosso jornal O Internacionalista nº 19². Eis a essência de seus argumentos no ano passado: “As duas correntes políticas nacionais mais poderosas” (o lulismo ou “campo progressista”, e bolsonarismo ou “campo reacionário”) condicionavam a estratégia eleitoral que devia assumir a

esquerda. Ao “campo reacionário” Arcary adiciona neste ano o centrão e a direita (que se aliaram à Lula em 2022), enquanto seu “oráculo” de um novo golpe vem no reforço de sua proposta de capitulação da esquerda ao petismo em defesa da democracia, liberdades democráticas etc. A tal da “nova conjuntura” serve para reciclar as “velhas fórmulas” eleitorais e negar a luta pela independência de classe. e para isso deve recorrer ao stalinismo contra o trotskismo: apoiar o “bloco progressista” contra o “bloco reacionário” que é o fundamento da tática da Frente Popular e do revisionismo de Pablo Mandel.

O único “novo”, por assim dizer, são as afirmações: **1)** no Congresso se unificaram “toda as alas e correntes da burguesia”; **2)** as derrotas do governo no Congresso abriram uma “dualidade” ↑

1. “Eleições em São Paulo”, Valério Arcary, 21 de agosto de 2024
2. “Como Arcary procura transformar a capitulação à burguesia em uma ‘estratégia eleitoral socialista’”, setembro de 2025.

→ *de poderes institucional*”; 3) a burguesia teme “que Lula possa reagir e apelar à mobilização popular”.

Arcary oculta que outras “alas” e “correntes” burguesas votaram a favor do governo: nomeadamente, o PT e o Psol – além de deputados de direita. Esses partidos de origem operária e pequeno-burguesa, respectivamente, são expressões da política burguesa e aplicam medidas de interesse da classe burguesa a qual servem (cortes orçamentários para pagar dívida pública, destruição de direitos para beneficiar os lucros monopolistas, repressão de manifestações e greves em benefício do patronato etc.). Dito claramente: legislam e governam para a burguesia. Por isso, a manobra discursiva de Arcary é um absurdo próprio de um traidor à causa proletária, ao ocultar esse fato objetivo da história para poder enganar um setor da vanguarda a votar no PT. Por outro lado, é falsificar a história da luta de classes falar de “dualidade de poderes institucional” ao falar de típica disputa eleitoral inter-burguesa. A dualidade de poderes existe quando duas classes antagônicas se chocam pelo poder político. O contrário é verdadeiro na atual conjuntura: representantes e agentes dos interesses da burguesia se digladiam entre si para serem favorecidos na escolha da classe burguesa para dirigir seu estado. Que essa disputa se manifeste como choque institucional apenas reflete o fato de que uma fração política tem se reforçado em uma instituição e a utiliza como sua base de manobra contra a outra. Certo que essas disputas expressam divergências entre frações da burguesia, mas nunca estará em jogo sua ditadura de classe. Tampouco está em jogo atualmente

a democracia burguesa, que é precisamente baseada na “divisão” dos poderes institucionais e, dentro de certos limites colocados pela burguesia, permite e favorece esses choques institucionais. Para que serve, então, a tese farsesca de “dualidade de poderes institucionais”? Para justificar a defesa da “votação” em Lula e a necessidade de eleger deputados “progressistas”. Finalmente, é criminoso tentar fazer acreditar à vanguarda que a burguesia teme que Lula recorra à “mobilização popular”. É pintar de cores imaginárias um governo servil da burguesia e que vem demonstrado que não treme à hora de impor os interesses do patronato e, por meio da centralização política das centrais, é se unir à burocracia para trair as lutas e greves por melhores condições de vida dos assalariados que ameacem os objetivos da governabilidade de Lula. O que de fato a corrente sindical que Arcary representa vem fazendo por todo o país. Vale mais para eles o voto em Lula e seus interesses aparelhistas (parasitar dos fundos partidários parasitando, por sua vez, do Psol) que as massas possam defender seus direitos e melhorar suas condições de vida.

Como afirmamos na nota do ano passado, chamar “*Os trabalhadores, que sofrem de destruição de direitos, de corte de salários e contrarreformas sob o governo Lula, sentem na pele que a conciliação de classes só traz retrocessos e desgraças. E trabalhar pela vitória de Boulos é fortalecer a política de traições das direções sindicais e populares, que se negam a mobilizar as massas e radicalizar suas lutas pela defesa das condições de vida. Ou seja, é preparar mais derrotas para os traba-*

lhadores.”³ Mude-se o nome de Boulos pelo de Lula, e essa passagem de nossa crítica se mantém totalmente vigente como uma denúncia do servilismo de Valério Arcary ao PT, ainda que disfarçado de “análise marxista”.

Mais uma coisa: se bem retoricamente se dirige aos partidos ditos de marxistas, seu objetivo não é outro que exigir dos oprimidos e sua vanguarda aceitar que “mais importante” que suas vidas e sobrevivência é manter Lula no governo em 2026. Pedelhes que abaiquem a cabeça e aceitem as traições de suas direções sindicais, que esqueçam a cumplicidade de Lula no genocídio palestino e aos povos originários que aceitem a exploração imperialista de petróleo em seus territórios para não Lula não perder para o “bloco reacionário”. Está aí o resultado da ruptura pela direita da fração do PSTU em 2016. Está aí mais um exemplo de como a direitização da política burguesa arrasta como furacão a todas as correntes centristas, pela trilha do revisionismo. Está aí porquê Arcary copia por inteiro “*a tática e a política do PT nas eleições de 2018 e 2022, e a apresenta como elucubração brilhante de seu próprio cérebro, envernizando com tinturas “socialistas”, o que é feito pelo reformismo há décadas*”⁴. Defende como “*estratégia socialista*” a subordinação (política, organizativa e eleitoral) à frente ampla burguesa que constituiu um governo pró-imperialista e de ataques contra as condições de vida das massas”⁵.

Arcary é um traidor à luta pela independência de classe do proletariado. A vanguarda terá de dar as costas aos “sábios professores” que, como afirmava Lê-

nin, entorpecem a consciência operária. Mas, também não devemos desconsiderar que o PSTU e aliados (MRT, PCBR, OCI etc.) fazem o mesmo desserviço ao apresentar a eleição burguesa como um terreno para os trabalhadores chegarem ao poder. Isso sim: os dois “blocos” do morenismo convergem em negar a tática eleitoral leninista (em próximos jornais iremos apresentar uma crítica objetiva e pragmática para demonstrá-lo). O abandono da estratégia e programa revolucionários é consequência direta da crise da direção revolucionária.

Nas próximas eleições, sobretudo se se repetem as circunstâncias de 2022 e 2024, estará colocada como tarefa “*opor a tática da unificação da vanguarda e das massas ao redor do programa e dos métodos que expressam sua luta revolucionária pela tomada do poder, contra o cretinismo eleitoral e a unidade democratizante que serve à burguesia para manter sua ditadura de classe*”, única via para dar passos na superação da crise de direção revolucionária. Portanto, estará colocada a defesa do voto nulo programático contra os partidos burgueses e centristas que abandonaram a tática eleitoral leninista, de nunca subordinar estratégia e programa proletários às disputas inter-burguesas. ●

3. Idem ponto 2

4. Idem ponto 2

5. Idem ponto 2



“PRISÃO AOS GOLPISTAS” - COMO A ESQUERDA DEMOCRATIZANTE ACABA SE SUBORDINANDO À POLÍTICA REACIONÁRIA DA BURGUESIA

Após a aventura golpista de 8 de janeiro protagonizada por um setor da pequena burguesia (civil e fardada) com apoio de Bolsonaro (derrotado no pleito eleitoral de 2022) e dezenas de chefes militares, ergueram-se as bandeiras: “Sem anistia aos golpistas!” e “Prisão aos golpistas!”. A punição por meios legais daqueles que “atentaram” contra o estado de direito e o resultado eleitoral foi erguida por quase todos os partidos burgueses, a maioria da burguesia e dos monopólios da mídia. Com o avanço da crise do governo Lula/Alckmin e a eleição de Trump nos EUA, muitos desses setores passaram a avaliar a possibilidade de uma anistia ou se não seria melhor penas “mais leves” para assim “pacificar” o país.

Com a guerra tarifária de Trump contra o Brasil e seu apoio ao fim dos processos contra Bolsonaro, setores da direita da base da frente ampla de Lula/Alckmin começaram a se aproximar da ultradireita. Partidos que até poucas semanas atrás eram parte da base do governo no Congresso, embora mantêm cargos em Ministérios e estatais, começaram a articular um projeto de lei de anistia. Houve ainda reuniões em que se discutiram as condições para formar uma frente ampla burguesa que marginalize o PT em 2026. Ainda se discute qual é o melhor candidato. O “clã” Bolsonaro que tinha por objetivo libertar Jair e o utilizar como palanque dos arranjos eleitorais, se mostrou furioso com as articulações feitas para avaliar a candidatura de Tarcísio à presidência por parte dessa aliança. Favorece essas movimentações o fato de os EUA se disseram dispostos a rever as tarifas contra o Brasil se o próximo governo se afastar dos BRICS e da China, e favorecer os interesses das empresas tecnológicas norte-americanas. Em meio desse processo é que avança a unidade entre o centrão e a ultradireita no Congresso visando favorecer às empresas de tecnologia e produção e distribuição de conteúdos digitais e, desse modo, garantir o apoio de Trump em 2026. O projeto de Lei da Anistia é um marco para avançar por trás desse objetivo.

Abandonadas por quase todos os partidos burgueses, foi a vez da esquerda reformista e centrista erguerem as bandeiras de “punição” e “prisão” objetivando as utilizar na disputa eleitoral de 2026. Apoiam-se para isso em um amplo setor da população que rejeita a ultradireita e acredita na justiça para punir Bolsonaro. Enquanto para os reformistas (PT, PSOL, PCdoB, PCB etc.) servem de espantalho para recolocar a “unidade nacional” das forças progressistas para derrotar a ultradireita, para os centristas servem para propagandar a Oposição de Esquerda eleitoral.

A maioria desses partidos que defendem essas bandeiras têm em comum: **1)** caracterizar o 8 de janeiro como tentativa de golpe que pretendeu “alterar” o resultado eleitoral e impor a continuidade de Bolsonaro sob a forma de um governo ditatorial; **2)** se triunfasse, o golpe acabaria com as liberdades democráticas; de forma que **3)** a punição, prisão ou não-anistia aos golpistas é uma reivindicação decisiva para defender a democracia, os direitos dos trabalhadores e as liberdades democráticas. As correntes centristas se diferenciam dos reformistas afirmando que: **4)** a democracia sob ataque é uma democracia apenas para os capitalistas e que a repressão se orientará contra as massas; **5)** mas, entre a “escolha” de uma democracia e uma ditadura, sempre é melhor defender a primeira porque segunda seria “muito pior” para a luta dos explorados; **6)** trata-se, portanto, de defender as liberdades democráticas para favorecer a luta dos trabalhadores sem confiar nas instituições da burguesia; **7)** e isso só é possível construindo uma Oposição de Esquerda. Há partidos centristas (MRT) e os recém-chegados ao revisionismo (POR) em que está ausente a posição sobre a “punição” e “prisão” aos golpistas, ainda que já ficaram acomodados sob o guarda-chuva da política democratizante do PSTU (ver pag. 9).

No texto “Por que aceitei comparecer no Comitê Dies” Trotsky afirma que nunca iria “facilitar a materialização dos objetivos políticos” de perseguição a qualquer fosse o partido, nem que serviria ao objetivo de “utilizar as leis federais contra tal ou qual ‘partido extremista’”. Sendo “um irreconciliável adversário, não só do fascismo, mas também da atual Komintern”, ao mesmo tempo, diz Trotsky, “sou decididamente contra a proscrição de qualquer um deles”. Para Trotsky, “a proscrição dos grupos fascistas, inevitavelmente, seria fictícia”, já que “como organizações reacionárias podem, facilmente, mudar de cor e se adaptar a qualquer tipo de forma organizativa. Não se deve esquecer que setores influentes da classe dominante e do aparelho governamental simpatizam, consideravelmente, com eles, e essa simpatia, inevitavelmente, aumenta nos momentos de crise política”. Quanto aos stalinistas, ajudaria a restabelecer “sua reputação de lutador perseguido pelas classes dominantes”. O importante da “carta” é que Trotsky apresentou um guia para os revolucionários se posicionarem perante fatos e momentos semelhantes. Eis: “Sob o regime burguês, toda supressão da liberdade e dos direitos políticos, não importa contra quem se oriente no seu início, no final cairá, inevitavelmente, sobre a classe operária, especialmente, contra seus elementos mais avançados. É uma lei da história”. Por isso, a classe operária “têm de defender a liberdade de todas as tendências políticas, inclusive das que são seus inimigos irreconciliáveis”. Caracterizou ainda as medidas “punitivas” do estado burguês como produtos das leis da transformação de um regime democrático em uma ditadura bonapartista: “Essas leis repressivas, que o senhor Dies defende, têm uma longa história nos países europeus, onde, há vinte anos, teve início a transição dos regimes democráticos aos totalitários”. Por isso critica ↑

1. Convidado a depor no Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara (HUAC), do Congresso dos EUA, que tinha por objetivo investigar as atividades consideradas “subversivas” em solo norte-americano, e noticiado que se pretendia “ilegalizar” partidos e correntes fascistas, além dos partidos e atividades comunistas, escreveu uma Declaração endereçada ao Comitê, da qual extraímos as citações acima.

→ os estalinistas por exigir a proscrição dos fascistas e trotskistas já que Komintern “se veria presa na armadilha que preparava para os demais”. A Lei MacCarthy que iniciou uma violenta perseguição e repressão ao movimento socialista e contra o partido comunista norte-americano em 1950, comprovou o acerto desse prognóstico de Trotsky.

Alguém poderia dizer que não se está pedindo a proscrição política do bolsonarismo e a ultradireita, e sim a punição de seu mais destacado chefe político por tentar subverter o estado de direito e um resultado eleitoral democraticamente obtido. Sobretudo, por tentar impor um regime ditatorial que iria destroçar as liberdades democráticas e impor muitos retrocessos às massas. Mas, não há como separar uma bandeira do conteúdo de classe do estado que irá aplicar a medida punitiva. A bandeira de “prisão” é exigida ao estado burguês que aplicará as penas previstas na legislação burguesa. Quando partidos que se dizem socialistas exigem a “punição” de Bolsonaro estão defendendo a legislação burguesa e medidas repressivas do estado burguês. Estariam, portanto, fazendo todo o contrário do que Trotsky colocasse como princípio. Fazer da punição de Bolsonaro pelo estado burguês uma

bandeira “socialista” reforça as ilusões das massas na justiça burguesa e as leva aceitar os meios repressivos que serão aplicados contra o proletariado quando se proponha destruir o regime burguês e suas instituições.

Os marxistas nunca devem ajudar (de nenhuma forma) a reforçar os métodos legais da ditadura dos capitalistas, e nem apoiar a repressão política contra tal o qual burguês (por mais raiva que as massas tenham dele)². O acerto de contas entre os burgueses por meio de sua justiça não é de interesse das massas. As massas irão punir os crimes da burguesia expropriado-a e destruindo seu estado. A punição será aplicada por um Tribunal Popular erguido pelo Estado Operário. Daí a importância na luta contra a ultradireita fascizantes a defesa “das conquistas da classe operária no marco da democracia em decomposição”, como as liberdades democráticas de organização de forma independente e desenvolver a consigna de milícias operárias (autodefesa), “uma vez que lhe outorga à classe operária a possibilidade de se preparar para lutas maiores e de se armar parcialmente”³. Mas, essa política exclui defender a bandeira burguesa de “Punição” e “Prisão” e, sobretudo, a defesa da democracia burguesa.

A defesa dessas bandeiras reforça a ditadura dos capitalistas e é um reflexo da pressão das camadas democratizantes da pequena burguesia e do proletariado sobre os centristas. Ao invés de demonstrar que nada se deve exigir do Estado burguês, e sim preparar a luta de classes, acabam se adaptando ao atraso e transformando as ilusões democráticas em uma política “socialista” farsesca. Agora que se abriu antecipadamente a “carreira eleitoral”, a bandeira de “Prisão aos golpistas!” serve à disputa eleitoral de setores das massas que acreditam que a punição contra Bolsonaro enfraquece a ultradireita e fortalece a esquerda. Por isso se atropelam uns aos outros para serem seus maiores defensores. Os centristas adicionam a essa exigência a “desconfiança” no governo de Lula. Mas, assim como apoiaram Lula/Alckmin em 2022 sob a consigna de “derrotar o fascismo”, assim também prepararam as condições da próxima subordinação sob a palavra de ordem de garantir a “punição aos golpistas”. Essa subordinação em nome do “mal menos pior” se revelou “uma lei da história”, como dizia Trotsky. ●

2/3. “A democracia burguesa e a luta contra o fascismo”, L. Trotsky, 13 de janeiro de 1936.

POR: os arquivos não perdoam os revisionistas

Em novembro de 2022, foi formado o comitê “em defesa das liberdades democráticas” por iniciativa do PSTU. Seu objetivo: “lutar pelo respeito ao resultado das urnas, e contra qualquer golpe que fira as liberdades democráticas”. Propunha-se ainda organizar a autodefesa de massas.

No POR, estava culminando a luta da Fração Guillermo Lora (FGL) contra o revisionismo antimarxista da maioria do partido. Informada pela direção a participação do POR no Comitê, a FGL criticou a consigna do “respeito ao resultado das urnas”, portanto, de defesa da democracia burguesa da qual surgia um governo de aliança com a direita e claramente pró-imperialista. Nesse sentido, disse que os revolucionários rejeitam defender a democracia burguesa e o governo burguês surgido dessa, ain-

da que possa o fazer (conjunturalmente) perante um golpe - o que não estava colocado. Portanto, afirmou que o POR se submeteu ao PSTU ao aceitar participar do Comitê centralizado sob essa bandeira. A maioria caracterizou a crítica como uma calúnia porque não tinha “assinado” o Manifesto do Comitê.

No Massas 677 (13/11/2022), em nota sobre a primeira reunião do Comitê, se lê: “as condições objetivas para um golpe não estavam dadas”, porém, não se devia “dar as costas às ameaças concretas que estavam colocadas”. Por isso, se devia pôr a “classe em movimento para lutar por suas necessidades, o que incluiria a defesa do resultado eleitoral” (destacados nossos). Veja-se que a diferença entre o POR e o PSTU não era se se devia ou não “respeitar o resultado nas urnas”, e sim a ordem das reivindicações.

Os dias posteriores ao 08/01/2023 mostraram que não esteve em perigo “o resultado das urnas” e nem as liberdades democráticas. A posse do governo de frente ampla se realizou com o apoio do imperialismo e da burguesia defendendo o “resultado eleitoral”. Portanto, não havia como manter um Comitê que pairava sobre um “artificialismo”. Mas, ficou “arquivado” o desvio democratizante do POR. ●

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo » revisionismo
VAI O CERQUI

Adquirir com nossos militantes!

Novos retrocessos e ataques são implementados pelo estado burguês *contra os direitos dos povos originários*

Foi noticiada a espionagem do governo estadual do Pará contra lideranças indígenas que, em janeiro e fevereiro, ocuparam a Secretária de Educação do Estado (Seduc), na capital Belém, apoiando a greve dos professores estaduais. A unidade e ação direta de professores e povos originários obrigou a Assembleia Legislativa (Alepa) a revogar a Lei nº 10.820 do governo Helder Barbalho, que desmontava o sistema educacional presencial para escolas indígenas. Para proceder à espionagem, o governo utilizou a estrutura do *Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos* (PPDDH), em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), implementado para “proteger” ativistas dos Direitos Humanos, ambientalistas ameaçados ou em risco de segurança por suas atividades etc.

Intimidações, espionagem, perseguição, torturas e mortes são uma constante para os povos indígenas. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao menos foram 8.350 os indígenas mortos ou desaparecidos durante a ditadura¹. Remoções forçadas, deslocamento para reservas indígenas e genocídio foram métodos usados desde o estado para despejar povos indígenas em benefício de obras de infraestrutura, mineração etc. Diversas etnias vêm exigindo do governo a formação de uma *Comissão Nacional Indígena da Verdade* visando a reparação coletiva pelas violências sofridas durante a ditadura.

O estado burguês é a culminação de um processo histórico de colonização cimentado sobre mais de 500 anos de opressão, pilhagem e genocídio sobre os povos indígenas. A burguesia brasileira, majoritariamente branca e racista, é herdeira dos senhores do

engenho e da burguesia comercial que enriqueceram sobre a base de saque as terras e riquezas dos povos indígenas, seus legítimos donos originários. É ainda sob o governo dito reformista de Lula que as instituições “naturalizam” e “legalizam” as mortes e esbulho de terras em benefício do agronegócio, das empreiteiras e do garimpo.

A aprovação de dois projetos na *Comissão de Direitos Humanos* (CDH) do Senado demonstra que não dá para acreditar no estado burguês. O primeiro deles, o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 47/2025, revoga o decreto 12.373/25 que regulamentou os poderes de polícia à Funai para a proteção dos territórios indígenas, dando poder de interditar o acesso de terceiros às TIs, de retirada compulsória de invasores, destruição de bens utilizados em infrações ambientais ou territoriais etc. Em outras palavras: retira do Funai faculdades de punir ações criminosas dos latifundiários, garimpeiros e agroindustriais. O segundo, o PL (Projeto de Lei) 1.331/2022, regulamenta (legaliza) o garimpo em terras indígenas, sejam homologadas ou em processo de demarcação. Soma-se ainda a aprovação do PL 8262/17 que permite a retirada de ocupações de terras pela PM sem ordem judicial, e altera o Código Penal, instituindo o crime de “*esbulho possessório coletivo*”. É uma contra o MST, mas também contra os povos originários que recorram à força coletiva para recuperar seus territórios e expulsar os invasores de suas terras.

Não bastassem esses ataques, o STF já proveu as justificações jurídicas para naturalizar a continuidade do esbulho instituindo a tese do “Marco Temporal”, que somente considera terras indígenas “tradicionalmente ocupadas” aquelas em que houve presença indígena em momento da promulgação da Constituição de 1988. Se adotada como lei, se legalizarão os crimes de roubo de terra antes dessa data e se garantirá a imutabilidade

aos responsáveis de deslocamento forçado, assassinato e violências que impediram aos povos estarem presentes nessa data em suas terras ancestrais.

//


...

(...) resolver o problema da terra é de vida ou morte para os povos originários. O que somente poderá ser resolvido com a expropriação da grande propriedade privada da terra e a devolução de todos os territórios que aqueles considerem necessários à produção e reprodução de existência coletiva.

Na sociedade burguesa, firmada na opressão e discriminação dos povos indígenas, não haverá como esses modificar suas miseráveis condições de existência e nem decidir soberanamente sobre suas terras porque se sobrepõe à propriedade privada (burguesa) à propriedade coletiva (indígena). Mas, resolver o problema da terra é de vida ou morte para os povos originários. O que somente poderá ser resolvido com a expropriação da grande propriedade privada da terra e a devolução de todos os territórios que aqueles considerem necessários à produção e reprodução de existência coletiva. Por isso é que a luta pela terra tem um conteúdo anticapitalista. É com a destruição do estado burguês que se criarão condições para a autodeterminação e a superação da secular pobreza e miséria dos povos originários. Obra histórica que somente o proletariado como classe dominante pode realizar, uma vez que somente pode se libertar a se mesmo acabando com toda forma de opressão de classe e discriminação nacional. ●

1. 1.180 Tapayuna, 118 Parakanã, 72 Araweté, mais de 14 Arara, 176 Panará, 2.650 Waimiri-Atroari, 3.500 Cinta-Larga, 192 Xetã, no mínimo 354 Yanomami e 85 Xavante de Marãiwatsédé

Divisionismo e eleitoralismo esvaziam o Grito dos Excluídos e firmam a subserviência das direções políticas, sindicais e religiosas ao governo burguês de Lula

 Assim como o 1º de Maio, o 31º Grito dos Excluídos em São Paulo deste ano foi esvaziado, reunindo apenas de 100 a 200 militantes de poucos partidos, sindicatos e organizações religiosas. Estiveram ausentes desse ato histórico sindicatos operários e do funcionalismo governistas que chamaram um ato paralelo, na praça da República, cujo único objetivo era servir de comício à reeleição de Lula em 2026, disfarçando seu eleitoralismo por trás da defesa abstrata da soberania nacional.

Em uma reunião da organização do ato, o PPRI rejeitou marchar à praça da República como proposto por quase todas as organizações. Nós vamos servir de peões a atos divisionistas que estão


submetidos aos objetivos eleitorais do petismo e seus aliados. Aqueles que demagogicamente reivindicaram por décadas um ato independente de patrões e governos na praça da Sé, acabaram se submetendo ao ato das Centrais e defendendo as bandeiras que rasgam a independência de classe, coreando reivindicações que servem ao aparelhismo da democracia formal e à ditadura de classe da burguesia. Ocorre que a coordenação do ato do Grito foi cooptada por organizações religiosas e sindicatos que servem de veículo à adaptação ao eleitoralismo burguês e, sobretudo, à defesa dos governos burgueses de Lula.

O PPRI em seu Manifesto e sua fala defendeu a independência de classe e a

luta dos explorados com seus próprios métodos (ação direta de massas) para impor suas reivindicações contra qualquer seja o governo burguês de plantão. A conquista da unidade das massas ao redor de seu programa de luta, e sobre a base da ação coletiva com seus próprios métodos, é a via para romper com o divisionismo e os atos democratizantes e aparelhistas, e assim avançar em manifestações de massa em luta por suas condições de vida e à luta de classes contra a burguesia e seus governos, sob um programa revolucionário. É urgente construir um partido forjado ao redor da estratégia revolucionária para que os explorados e oprimidos conquistem sua independência de classe e se encaminhem a tomar o poder. ●

O 31º GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SÃO SEBASTIÃO – SP

A defesa e reivindicações das massas são escamoteadas pelo eleitoralismo dos partidos de esquerda

 Desde a década de 1990, o Grito dos Excluídos acontece tradicionalmente no dia 7 de setembro, como forma de contraponto crítico ao desfile oficial da Independência do Brasil. Seu objetivo é denunciar as desigualdades sociais e dar “visibilidade” às vozes e lutas reivindicativas dos explorados e oprimidos.

Em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, o Grito dos Excluídos tem sido construído nos últimos anos por sindicatos, movimentos sociais e independentes. Em 2024, a manifestação foi duramente reprimida pelo ex-prefeito municipal Felipe Augusto (PSDB), que queria impedir o ato que também denunciava a intransigência da prefeitura em não atender à pauta de reivindicações dos servidores municipais e o genocídio do povo palestino. A truculência resultou na prisão de dois manifestantes.

Em 2025, o Grito dos Excluídos contou com a participação do PPRI e de partidos como PCB, PT, POR e movimentos e coletivos, como MAB, Coletivo Caiçara, o sindicato dos petroleiros, servidores municipais de Caraguatatuba e Sintri-

con. Sob a bandeira de “*cuidar da casa comum e da democracia é luta de todo o dia*”, o ato expressou o movimentismo eleitoral dirigido pelos reformistas em defesa do governo de frente ampla Lula/Alckmin. Surfando no contexto político da pauta da soberania nacional após o tarifaço de Trump e as suas ameaças sobre o judiciário, calaram a boca sobre as medidas antipopulares (Reforma Trabalhista, Reforma do Ensino Médio e Reforma da Previdência) aprovadas nos governos de Temer e Bolsonaro e que não foram revogadas pelo atual governo, além de que continuam se estendendo e ampliando (Reforma Administrativa).

As falas em defesa da soberania nacional ocultaram a face de um governo que, em junho, levou a leilão blocos para exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, com a venda de 19 dos 47 blocos ofertados a consórcios formados por Petrobras/ExxonMobil e Chevron/CNPC.

As falas contra o genocídio do povo palestino, imposto pelo imperialismo e seu enclave, o Estado Sionista de Israel, para roubar territórios e riquezas pa-

lestinas, revelaram a natureza e dupla moral de um governo que faz a crítica e denuncia o genocídio, mas não corta relações com Israel, que massacra diariamente a vida de milhares de mulheres, homens e crianças na Faixa de Gaza. Pelo contrário, continua permitindo se exportem desde os portos brasileiros a óleo e petróleo para os genocidas continuarem massacrando e deslocando à força milhares e milhares de palestinos.

É nesse quadro que as reivindicações dos explorados ficaram relegadas ou reduzidas à campanha pelo plebiscito do fim da escala 6x1, sem propagandear métodos de luta históricos como greve e ocupações para impor as reivindicações. As direções políticas e sindicais da base governista bloqueiam manifestações, ocupações e movimentos para viabilizar a campanha “Lula 2026”. Para defender um governo burguês anti-popular e pró-imperialista, além de cúmplice do genocídio palestino, não duvidam em trair ou entregar as lutas. O Grito dos Excluídos refletiu essa política de colaboração de classe.

Um outro fator que salta aos olhos de quem presenciou o

continua →


grito no ano passado foi a ausência do Sindserv São Sebastião, num ano em que os servidores estiveram mobilizados em uma forte campanha salarial. A direção, além de não participar, não fez o chamado para o Grito dos Excluídos. A organização do movimento decidiu seguir com um caminhão de som com falas da Intersindical, MAB e PCB. As demais forças políticas só puderam

se inscrever no fim do desfile, sendo garantida uma fala por organização. Na conclusão da atividade, uma militante do PCB agradeceu à Polícia Militar e à “polícia municipal”, a mesma que reprimiu os manifestantes no ano anterior.

O PPRI interveio no movimento com seu manifesto: “Romper com o capitalismo e a subserviência dos movimentos

e sindicatos ao governo burguês de Lula para abrir caminho à luta de classes e ao programa proletário”, apontando a necessidade da vanguarda consciente de se levantar em meio à decomposição democratizante para defender, de forma e sem concessões, a luta pela independência de classe que somente pode ser desenvolvida com base em um programa e métodos revolucionários. ●

Grito dos Excluídos em Boa Vista/Roraima

 O grito dos excluídos, edição 31ª, ocorreu sob a bandeira da “Defesa da democracia burguesa” e do lema “Vida em primeiro lugar”. Contou com cerca de 160 pessoas e foi organizado pelas pastorais sociais da Igreja Católica e do PT. Participamos da atividade

distribuindo o manifesto do PRI (nº 81) que critica o democratismo burguês e a subserviência dos movimentos ao governo burguês de Lula. Na intervenção, como a fala foi feita pelo Comitê em defesa da Palestina de Roraima, criticamos a incoerência de defender a “luta pela vida” enquanto os

movimentos estão ausentes da luta pela palestina, e denunciamos a cumplicidade do governo burguês de Lula no genocídio palestino, pois não rompe com Israel porque atende aos interesses da burguesia nacional e sionista. Foi evidente a posição dos partidos e movimentos da base do governo de

completa submissão a Lula, demonstrando que não pretendem organizar as lutas nem pela Palestina e nem pela defesa real dos oprimidos e explorados. Colocam a defesa do governo burguês que continua atacando as massas por cima das condições de vida e das lutas dos trabalhadores. ●

FALA DO PPRI - Litoral Norte

Quería colocar na minha fala que nós estamos vendo o capitalismo em sua fase de decomposição. E o capitalismo com o aprofundamento da crise, nessa etapa de decomposição, não tem outra saída a não ser destruir meios de produção através de guerra. É assim como está acontecendo com a guerra da OTAN sobre a Ucrânia, é assim como tem acontecido com o genocídio que vem acontecendo na Palestina.

No que diz a respeito à soberania nacional, é importante que a gente faça crítica aqui aos governos que fazem a defesa da soberania nacional quando, automaticamente, fazem a entrega dessa soberania. Em junho, nós tivemos um leilão das bacias de petróleo, 30 delas leiloadas - mais de 130 levadas a leilão, com 30 rematadas - sendo que 19 delas em terras indígenas. Então como se defende a soberania nacional quando se coloca a Petrobras, os bens, as bacias à disposição do capitalismo para poder dilapidar mais os nossos recursos?

As condições estão cada vez mais maduras para a revolução. E a revolução só poderá ser feita quando os trabalhadores e as massas romperem com suas direções traidoras, que não fazem a luta, que se encastelam no interior dos sindicatos e utilizam o sindicato como trampolim político.

Para concluir minha fala, gostaria de dizer que no Grito dos Excluídos de um ano atrás, houve um combate ao autoritário prefeito sob a bandeira da Palestina. Estamos aqui para fazer a defesa da Palestina, fazer uma denúncia sobre o genocídio que o sionismo impõe sobre a Faixa de Gaza. ●

Do rio ao mar, Palestina livre já!

FALA DO PPRI - São Paulo

No Grito dos Excluídos, se deve estar defendendo as reivindicações dos explorados, dos oprimidos, dos miseráveis e dos pobres. E essas são: emprego para todos, salário mínimo vital e móvel para que alcance para viver, moradia para todos os que necessitam, entrega da terra aos camponeses para que possam trabalhá-la e isso significa expropriar os grandes latifundiários, os grandes capitalistas agroindustriais. Finalmente, é necessário defender a autodeterminação dos povos originários sobre suas terras acentuais. E isso significa combater o Marco Temporal e ter uma posição clara perante o “PL da Devastação”. Estou colocando isso pelo seguinte: é necessária a luta dos explorados e oprimidos em uma frente única sob suas próprias bandeiras e reivindicações, com independência de classe de todos os governos, incluído o de Lula.

Lula, que diz ser contra os ataques do imperialismo, vai manter as cadeias do Arcabouço Fiscal sobre os oprimidos, que dessangra o funcionalismo junto da Reforma Administrativa, que rebaixa salários e destrói direitos para pagar um punhado de parasitas, fundamentalmente norte-americanos. O “PL da Devastação” serve também para o grande investimento do capital estrangeiro. Todas essas políticas que contam com o apoio do governo Lula devem ser enfrentadas com independência de classe. E isso significa que os sindicatos e centrais devem erguer a independência de classe perante seus governos, e lutar por suas reivindicações com seus próprios métodos. ●

FALA DO PPRI pelo Comitê da Palestina - Roraima

Eu estou aqui em nome desse povo que nem sequer pode se defender. Então, vamos para a rua, vamos para os movimentos. Organizem as discussões nos seus partidos, nos seus movimentos, nas pastorais, nos sindicatos, para que a gente faça um grande movimento que não é local, é um movimento nacional e internacional em defesa da Palestina. Dia 13, existe um chamado global para que a gente se movimente, para que a gente se levante denunciando o genocídio e pressionando para que o governo burguês de Lula rompa as relações com Israel, porque ele tem todas as condições de romper. Ele não rompe porque, em última instância, ele defende os interesses das empresas, do capital. O governo Lula é cúmplice do genocídio e a gente tem que denunciar isso! Se nós, movimentos, realmente somos coerentes com o que a gente está defendendo aqui, a gente tem que defender os palestinos de forma concreta nas ruas e pressionar esse governo para que ele rompa as relações com Israel. É esse o nosso recado. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@
proton.me
csm.roraima@gmail.com

7 de setembro de 2025 / nº 82



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

ROMPER COM O DEMOCRATISMO E SUBSERVIÊNCIA DOS MOVIMENTOS E SINDICATOS AO GOVERNO BURGUEÊS DE LULA PARA ABRIR CAMINHO À LUTA DE CLASSES E O PROGRAMA PROLETÁRIO

O 31º Grito dos Excluídos temporariamente marcou o agravamento da crise política e a desagregação da frente ampla burguesa que colocou Lula na presidência. Com a guerra tarifária de Trump contra o Brasil e seu apoio ao fim dos processos contra Bolsonaro, setores da direita da base da frente ampla de Lula/Alckmin começaram abandonar o governo e se aproximar da ultradireita para forjar uma nova frente ampla burguesa, desta vez para derrotar o PT em 2026. Ainda se discute qual é o melhor candidato, mas existe convergência em que se deve garantir o apoio de Bolsonaro à “frentona eleitoral” antipetista. Isso obrigou aos democratizantes da base popular e sindical do PT a recolocar a “unidade nacional” das forças progressistas para derrotar a ultradireita, desta vez aliada a direita que esteve com o PT.

O 31º Grito dos excluídos ecoa e reproduz a subserviência das organizações de massas à democracia burguesa. Por isso, é que não vai servir à organização nacional

dos explorados e oprimidos para lutar por suas reivindicações e confiando apenas em seus próprios métodos. E sim servirá para desviar os explorados por trás da farsa eleitoral que mantém e garante a ditadura dos capitalistas sobre as massas. O julgamento do STF contra os aventureiros de 8 de janeiro de 2022 tem sido outro marco político para que as bandeiras da “defesa da soberania nacional” e “Prisão aos Golpistas!” substituam as bandeiras que de fato abrem caminho à luta dos explorados pelas suas reivindicações e as colocam em choque com a burguesia e seus governos. A esmagadora maioria das correntes e partidos que se dizem de esquerda e do socialismo caminham de mãos dadas para subordinar a luta pelas reivindicações e o programa próprio dos explorados aos plebiscitos e manifestações democratizantes que objetivam estruturar uma frente eleitoral para as eleições de 2026. Os centristas se arrastam por trás dessa estratégia burguesa para propagandar a Oposição de Esquerda eleitoral. Os que se dizem

marxistas e apoiam o método burguês que dão seu conteúdo a essas bandeiras, que nossos mestres nos ensinaram que os marxistas nunca devem ajudar (de nenhuma forma) a reforçar os métodos legais da ditadura dos capitalistas, e nem apoiar a repressão política contra tal ou qual burguês (por mais raiva que tenham dele as massas). O acerto de contas entre os burgueses por meio de sua justiça não é de interesse das massas. As massas irão punir os crimes da burguesia expropriando-a e destruindo seu estado. Por isso, é que a real punição por seus crimes de classe será a obra de um Tribunal Popular erguido pelo Estado Operário.

A centralização à defesa da democracia burguesa continua ditando o curso geral da colaboração de classe e das contínuas traições das direções que abortam, desmontam e traem as greves, as lutas, os movimentos e as manifestações instintivas dos assalariados em defesa de suas condições de vida que são submetidas à defesa da governabilidade de Lula que as ataca todos os

dias com cortes orçamentários, destruição dos serviços públicos, privatização de estatais, entrega de riquezas naturais à exploração imperialista, manutenção do saque das riquezas e da mais-valia extraída do proletariado para pagar dívida pública, destruição dos direitos e carreiras dos assalariados com “pejotização” indiscriminada e reforma administrativa etc. Essa política que rejeita a luta de classes em nome de defender um governo burguês ou a democracia burguesa joga areia nos olhos da classe operária, camponeses, assalariados e juventude oprimida, e os obriga a aceitar rebaixar suas condições de existência em nome da derrota eleitoral da “direita”. O resultado disso será mais aumento da miséria, pobreza e da barbárie social que se espalha pelo país. A submissão da maioria das correntes e partidos que se dizem do socialismo e da revolução proletária aos objetivos traçados pelos partidos e organizações democratizantes aliadas do petismo aburguesado e subserviente do grande

continua →

// Este 31º Grito dos Excluídos exige que **a vanguarda com consciência de classe se levante em meio a tanta decomposição democratizante para defender, de forma clara e sem concessões, a luta pela independência de classe, que somente pode ser desenvolvida na base de um programa e de métodos revolucionários.** Neste sentido, devemos rejeitar ser arrastados como cordeirinhos a engrossar os atos que são de subserviência ao governo federal (...) como palanque da campanha eleitoral de 2026. ■

capital, expõe a falsificação de suas retóricas “radicalizadas” que adornam os posicionamentos e manifestos.

As massas votam e não têm nenhum poder de influir de verdade na gestão de qualquer instância de governo ou do legislativo, e muito menos no judiciário, que nem mesmo é eleito, e sim indicado. Quem manda de verdade são os capitalistas mais poderosos, que têm, nos governantes e nos parlamentares, seus capachos e capangas, para manter e aumentar a exploração do trabalho e das riquezas do país. É uma mentira de todo candidato que promete que por meio das eleições haverá saúde, educação, segurança, transporte, moradia, etc. Incluídos aí os da esquerda democratizante e eleitoreira. O combate efetivo à extrema direita, aos patrões, aos governos e suas políticas reacionárias está na organização e impulso da luta de classes, não na via eleitoreira e no respeito à democracia burguesa.

Por dentro da democracia crescem os expulsos à rua para morar nas piores condições de existência, crescem o número de miseráveis e pobreza generalizada nas favelas que se expandem como um tumor, seguem-se entregando empresas e recursos nacionais para que os capitalistas estrangeiros enriqueçam enquanto os oprimidos se

afundam na miséria, os salários e empregos são baixados alavancando as doenças e transtornos que decorrem da barbárie social, a educação e saúde públicas são sucateadas e seus trabalhadores submetidos a condições de trabalho estafantes e degradantes, o Arcabouço Fiscal sangra o país em benefício de um punhado de burgueses que avoluma suas carteiras as custas de afundar as massas no desespero, milhões são empurrados à pejotização e terceirização que elevam regimes de semiescravidão trabalhista enquanto rios de dinheiro são acumuladas nas contas dos ricos. Está aí ainda porque as massas devem rejeitar serem arrastadas por trás de novas promessas eleitorais que as enganam e apenas agravarão suas condições de vida ao reforçar a ditadura de seus inimigos de classe.

Este 31º Grito dos Excluídos exige que a vanguarda com consciência de classe se levante em meio a tanta decomposição democratizante para defender, de forma clara e sem concessões, a luta pela independência de classe, que somente pode ser desenvolvida na base de um programa e de métodos revolucionários. Neste sentido, devemos rejeitar ser arrastados como cordeirinhos a engrossar os atos que são de subserviência ao governo federal,

que serão apenas comícios do plebiscito governista e para espalhar à bandeira de “Sem anistia para os golpistas” como palanque da campanha eleitoral de 2026.

Seguem plenamente vigentes as formulações estratégicas publicadas em nosso Manifesto ao Grito dos Excluídos de 2023: *“As reivindicações que defendem cada setor oprimido devem fazer parte do programa do proletariado em sua luta contra a burguesia, e serem erguidas por meio da luta de classes. Nenhum governo burguês atenderá às demandas de cada um e de todos os oprimidos. Serão resolvidas no caminho da revolução proletária e do socialismo”*. Adendamos agora que se deve rejeitar a falsa ideia de que um governo burguês defenderá a soberania nacional até as últimas consequências. Somente um governo operário e camponês, produto da revolução e ditadura proletárias, é o único governo capaz de efetivar essas medidas e, por meio da revolução social, expulsar definitivamente o imperialismo do Brasil. Para isso, devem-se convocar as assembleias gerais para aprovar: **1)** imediata ruptura de todas as relações com os EUA; **2)** não pagamento da dívida pública; **3)** expropriação de empresas e bancos norte-americanos sem indenização e sua estatização sob controle operário coletivo; **5)** monopólio do comércio exterior

e das transações comerciais sob controle operário.

O PPRI defende contra a embriaguez eleitoreira e a farsa burguesa de defesa da soberania nacional e da via parlamentar (plebiscito) para conquistar nossas reivindicações a organização independente das massas do governo e sua ruptura com a democracia burguesa e o próprio governo, erguendo o programa de reivindicações - em especial dos salários, empregos e direitos - partindo das assembleias de base e presenciais, pôr de pé uma frente única de luta contra o governo e os patrões. E é por isso que é preciso organizar imediatamente as oposições sindicais classistas e revolucionárias em todas as frentes sindicais e populares. Que se organiza a partir da defesa das reivindicações mais sentidas e gerais das massas por meio dos métodos da luta de classes, da democracia operária e da real independência de classe.

De posse desse programa para a luta de classes e reivindicando a ação coletiva de massas, desconhecendo a legalidade burguesa, se abre o caminho à conquista da independência de classe e à convergência e combinação entre o instinto comunista do proletariado e seu programa da revolução e ditadura proletárias, encarnado pelo partido proletário revolucionário. ●

Paralisação histórica em Caraguatatuba leva mais de 700 servidores às ruas!

PREFEITO SE MANTÉM IRREDUTÍVEL EM SUA POSIÇÃO DE NÃO NEGOCIAR.

CSP-Conlutas tenta manobrar e dirigir o movimento de forma burocrática e antidemocrática. Seguir com campanha salarial viva, sem burocratismo e desvios democratizantes, é o único caminho para as pautas dos servidores serem atendidas!!!

No dia 05/08, houve um ato/assembleia em frente à Câmara Municipal de Caraguatatuba, onde se decidiu por uma paralisação para o dia 28/08. Nas semanas seguintes, o PPRI – que tem um militante na direção do sindicato – impulsionou uma série de comandos nas repartições públicas, conversando com os servidores, ouvindo suas pautas específicas e chamando à paralisação.

No dia da paralisação compareceram mais de 700 servidores em frente à Prefeitura. A gigantesca adesão se deu, por um lado, por conta do trabalho de base com os comandos e de conversar com os servidores no “corpo a corpo”, e não apenas depender de postagens nas redes sociais; e, por outro, em decorrência das terríveis condições de vida (salários arrojados, carestia do custo de vida etc.) e igualmente terríveis condições de trabalho. Mesmo em uma prefeitura com tradição sindical nula, ausência total de experiências com greves, piquetes, etc, as condições concretas que movimentam a luta dos assalariados, se impuseram.

A concentração se iniciou às 7h na prefeitura, houve uma longa caminhada pelo centro da cidade e ao fim da manhã, o movimento estava de volta ao Palácio Municipal. Mesmo diante da colossal adesão (dado o histórico da cidade), o prefeito não apenas se recusou a negociar as reivindicações tiradas em assembleia, como negou até mesmo receber uma comissão de negociação em seu gabinete.

Diante deste cenário, a direção da CSP-Conlutas tentou manobrar para enterrar ali a paralisação, visando a não radicalização do movimento e sua posterior judicialização. Propuseram fazer uma “paralisação de meio-dia”, portanto mandando os servidores a voltarem a trabalhar no período

da tarde. Claríssima era a disposição dos servidores de continuarem ali o dia todo, afinal a indisposição total do prefeito em recebê-los revelou o desprezo que aquele nutre por estes, e projetou a radicalização da base. O PPRI, exigiu que a proposta de paralisação de todo dia fosse votada contra a outra de “meio-dia”. Mesmo após diversas tentativas de impedir que se votasse nossa proposta, inclusive com Conlutas fazendo votar essa proposta duas vezes, e tentando aterrorizar os servidores com as represálias do governo, a paralisação de todo dia ganhou com imensa maioria dos votos. Isso demonstrou que quando a categoria está decidida a defender suas reivindicações com a luta e tem uma posição clara para impulsioná-la, consegue passar por cima das manobras burocráticas e impor sua vontade coletiva.

Outra manobra veio em uma reunião extraordinária da direção no dia 31/08. Foi informado pela Conlutas que a prefeitura judicializou a próxima paralisação, que tinha sido chamada para o dia 02/08, com intuito de inviabilizá-la, tendo como base a Lei de (Anti)Greve. Propôs-se então o “adiamento” da paralisação aprovada em assembleia, e a “construção” de um ato, fora do horário de trabalho para o dia 09/08, em frente à Câmara Municipal. A democracia operária exercida em uma assembleia, que é soberana, está acima de qualquer determinação da justiça burguesa e é obrigatória para as direções, por isso, criticamos a decisão burocrática e nos opusemos. Como já se esperava, contudo, fomos a voto vencido (a maioria da direção foi cooptada pelo PSTU), e o novo calendário burocrático, definido pelas costas dos servidores e de sua decisão soberana, foi adotado.

A direção trilha um caminho rápido de burocratização e subordinação aos interesses aparlehistas da Con-

lutas, portanto, do PSTU, que pretende dirigir biônicamente o sindicato desde fora para dentro, impondo à categoria as decisões de uma cúpula burocrática de esquerda que, como assinalamos, é capaz inclusive de passar por cima da democracia operária para impor sua política democratizante e oportunista.

Apesar disso, atuaremos no dia 09/08, visando manter em alto as bandeiras, reivindicações e interesses da categoria, lutando para que a campanha salarial de 2025 siga viva e triunfe finalmente, sem apoiar desvios burocráticos e democratizantes – e denunciando toda vez que seja necessário à base sobre esses – e sem confiar em audiência de conciliação ou qualquer manobra institucional a ser realizada pelo Ministério Público no mesmo dia. Os assalariados e funcionários de Caraguatatuba só podem obter vitórias confiando em suas próprias forças e métodos (paralisação, greve, piquetes, etc). ●

Por um novo calendário de paralisações!

Aumento real de 15% no salário já!

Aumento de 100% no VR já!

Aumento de 75% no VA já!

FOLHETO

NOVO!

**Para o
TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas**

Adquirir com nossos militantes!

BALANÇO DO PRÉ-CONGRESSO DA APEOESP NA SUBSEDE CARAGUATATUBA

UM BREVE RESUMO DA FORMAÇÃO DA UICC E UMA PEQUENA SÍNTESE DA NOSSA TESE.

Desde quando rompemos com a Oposição Combativa (OC), constituímos uma nova frente com a LOI e fundamos a UICC (Unidade Independente Classista e Combativa), a frente também intervêm junto aos trabalhadores da educação do município de São Paulo. A tendência de ruptura com a OC se manifestou ao percebermos que as correntes do PSOL que não se fundiram à Articulação Sindical, e o PSTU, correntes majoritárias no grupo, não faziam questão de chamar as plenárias para que pudéssemos erguer uma parcela da categoria para se opor à burocracia e sua subordinação à frente ampla do governo burguês de Lula/Alckmin, que precisa conter os movimentos para impor o arcabouço fiscal que desvia os recursos das áreas sociais para garantir o parasitismo financeiro da dívida pública. Finalmente, a ruptura se concretizou quando a OC se recusou a defender a greve no início de 2024 para responder às 40 mil demissões de professores praticadas por Tarcísio/Feder. O que colocou a OC no mesmo campo de traição da burocracia venal da APEOESP.

Nossa tese foi elaborada pela UICC. Ela debate os problemas internacionais, colocando a crise econômica como principal elemento da destruição das forças produtivas, o que explica a guerra da Ucrânia e o genocídio em Gaza promovido pelo imperialismo estadunidense e europeu pelas mãos dos estados sionista de Israel.

No ponto Nacional, apontamos para o governo de Frente Ampla que aplica sobre as massas todo o peso da crise capitalista, aprofundando os ataques de Temer e Bolsonaro. Que as direções das centrais e sindicatos estão abertamente traindo as massas exploradas por estarem submetidas a defender o governo que o vê como seu.

Na política sindical, apontamos para a necessidade de se resgatar o sindicato como aparelho de luta, estrangulado pela direção majoritária que o transformou numa correia de transmissão da política eleitoral do PT. Enquanto a categoria sofre os inúmeros ataques como a privatização das escolas, a imposição das escolas cívico-militares, o fechamento de salas e turnos, a plata-

formização que tem levado professores e alunos à exaustão, e agora, a famigerada avaliação desempenho que imporá a ampliação do desemprego e punições com a “formação” dos professores, coordenadores e diretores que não conseguirem atingir aos famigerados índices.

No Plano de lutas denunciemos as traições da direção que abortou nos dois últimos anos a difícil, mas tão necessária greve. Defendemos o método da luta de classes contra a política traidora da direção que atua para conter o movimento, deixando o caminho aberto aos ataques dos governos.

MESMO DIANTE DE GOLPES E TENTATIVAS DA DIREÇÃO REGIONAL DE CARAGUATATUBA EM NOS COLOCAR PARA FORA DO CONGRESSO. CONSEGUIMOS RESISTIR COMO GRUPO COESO E QUEBRAR O CERCO DA BUROCRACIA.

O regimento burocrático da direção dizia que as atas seriam mandadas via correios pelas escolas no início de junho. Em nossa região já há anos isso não ocorre. Para ter controle completo sobre as atas, que são necessárias para a retirada dos pré-delegados nas escolas, a direção não faz o envio para as escolas, com exceção de uma ou outra. A esmagadora maioria destas são mandadas para a subsede para as mãos dos burocratas, assim eles controlam não somente a retirada de seus pré-delegados, mas tentam nos impedir de tirar os nossos.

Assim que percorremos as escolas nas quatro cidades e confirmamos a manobra, fizemos imediatamente um recurso à comissão estadual apontando a intenção da direção majoritária de cercar nossa participação. A Comissão obrigou os pelegos da região a nos dar as atas, primeiro nos deram duas, depois nos deram mais duas e por último, depois de mais um recurso sobre o mesmo assunto, nos deram as últimas 3 atas.

Fizemos um bom trabalho com os contatos da região, esses contatos nos apoiam por perceberem nossa atuação nas lutas das campanhas na região, visto que a direção da Articulação no litoral norte se recusa a colocar em prática seu próprio calendário burocrático. A Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora fez o debate nas escolas em que foi possível para a retirada de delegados, chamamos um curso presencial para debater nossa tese com os pré-delega-

dos, depois chamamos mais um curso virtual também para debater nossa tese. Nosso esforço é sempre no sentido de politizar o debate, algo que a burocracia faz de tudo para evitar. Diferente de anos anteriores, conseguimos inscrever 4 pré-delegados aposentados que continuam engajados nas lutas da categoria, pois também sofrem com o arrocho salarial. Esse número impediu a burocracia de pedir o aumento da cota de aposentados de 10 para 20% dos delegados.

Já a base da direção majoritária Articulação sindical (PT) e Corrente Sindical Classista (PCdoB) é composta de uma parcela de aposentados que estão apartados da luta e não fazem noção dos problemas reais que a categoria tem enfrentado, só comparecem nestas situações para votar junto com a burocracia, muito provavelmente em função de algumas benesses concedidas pelos burocratas. Outra parcela que a burocracia leva para o encontro são diretores que aplicam as políticas de Tarcísio e Feder contra os professores. Os que estão em sala de aula são fura greves e, sequer, participam das assembleias, com algumas exceções.

Fizemos o repúdio a um deles, o traidor que no ano passado aplicou a avaliação de desempenho demitindo mais de 12 professores de uma escola de período integral. O movimento erguido por nós junto aos estudantes ajudou a derrubar o pelego e contribuiu para a queda também do dirigente de ensino, uma vez que menos de 30% dos estudantes foram fazer a Prova Paulista, despencando o índice da escola.

O diretor da articulação sindical é supervisor de ensino no estado e até o ano passado também estava como supervisor na prefeitura. Mesmo a legislação colocando que esse tipo de acúmulo não é compatível, o pelego apadrinhado político do prefeito anterior conseguiu se manter nos dois cargos. O oportunista também se utiliza de sua influência política para trazer professores do município, que não tem nenhuma atuação político-sindical. Nesse ponto é importante dizer que parte de nossa plenária também é composta de professores municipais, porém são professores engajados na luta, completamente diferente da política de apadrinhamento do diretor sindical.

Outro elemento que é importante denunciar é a recusa em formar uma comissão para marcar o dia do pré-congresso, conferência das atas e outros problemas organizativos. Pedimos via requerimento à direção majoritária para chamar uma reunião para formar a comissão e debater os problemas, como não obtivemos respostas tivemos que mandar várias mensagens via whatsapp da subsele e do diretor regional. Depois de muito insistir nos chamaram para uma reunião virtual dia 30 de junho às 19h, mas não enviaram o link, depois de ligarmos inúmeras vezes para saber da reunião, somente no outro dia disse que o pessoal deles não podiam. A manobra ficou clara logo depois quando o burocrata nos informou que o pré-congresso ocorreria no sábado 23 de Agosto. Eles fizeram a reunião entre eles, tomaram todas as decisões e nos excluíram. Para nós essa data era um problema porque no município de São Sebastião era dia letivo, isso poderia impedir a participação de uma parcela de nossos pré-delegados. Fizemos recurso também colocando esse problema, pedindo que, ao menos, se mudasse para o período da tarde. Os burocratas inclinados a reduzir nossa participação se recusaram a fazer as mudanças. Com muito esforço

conseguimos garantir a chegada mesmo que atrasada desses pré-delegados.

Com receio de expor sua base ao debate, os burocratas queriam limitar o debate em apenas 5 falas para cada lado. Dissemos que o debate deveria ser livre e permitisse que todos falassem. Propuseram que poderia ser as 10 falas e os demais que quisessem poderiam se inscrever. Com mais de 30 inscrições, a burocracia mais uma vez tentou diminuir o tempo de fala em 2 minutos apenas, reivindicamos 3 minutos e foi aceito. Fizemos um bom debate, falaram professores da base que enfrentam a imposição das escolas cívico-militares, apontando a inércia da direção em não fazer a campanha contra esse ataque, nessa fala o professor colocou que os únicos que foram até as escolas fazer o debate fomos nós da CSM-GL. Um professor contratado denunciou os ataques do governo a esse grupo e a completa ausência da defesa desses professores pela direção. A direção majoritária teve que ouvir de sua própria base, a falta do trabalho de base.

Conseguimos que todos os nossos pré-delegados participassem sem nenhum prejuízo, 19 ao todo. Deles faltou mais de uma dezena, numa última tentativa de golpe eles colocaram votos a mais dos que faltaram para garan-

tir que ficassem com 7 delegados e nós apenas 3. Não conseguimos perceber e impedir esse último golpe a tempo.

Fizemos uma reunião com os pré-delegados para definirmos quais dos 19 ocupariam as 03 vagas para participar do congresso e defender nossa tese que se opõe aos pelegos governistas de ponta a ponta.

Ficou claro que há um trabalho a ser feito com a base, e, sobretudo, com a vanguarda, de organização e politização ao redor do programa classista e revolucionário. O setor da base despolitizada, apática e fura-greve que apoia a direção burocrática por relações pessoais ou interesses materiais (despesa de pontos, benesses etc.), permite à burocracia continuar a controlar o aparelho e manejar o sindicato como quiser. Quando a base se radicaliza, começa a se movimentar e adquirir maior consciência de que essa direção tem que ser removida, se criam as condições para superar a burocracia e para que uma direção verdadeiramente democrática e consequente com a luta de classes se eleve e se projete a conquistar o sindicato para o transformar em um instrumento da luta de classes. Esse é objetivo histórico da luta travada pela Corrente Sindical Marxista - Guillermo Lora na Apeoesp. ●

Burocracia anula as instâncias deliberativas do sindicato o que favorece a política privatista de Nunes/MDB

No dia 09 de setembro se reuniu na casa de Portugal aproximadamente dois mil representantes de escola, onde havia a expectativa de discutir os problemas enfrentados nas escolas, dentre eles a nova normativa publicada por Nunes/MDB, na mesma data da reunião, impondo as escolas a expansão do Programa São Paulo integral (SPI), mais uma vez de forma completamente arbitrária, desconsiderando as decisões dos conselhos de escola.

No entanto, como já denunciávamos no boletim (em anexo) distribuído no RE, a burocracia sindical utilizou de sua estratégia clássica para silenciar os trabalhadores de base e as oposições, convidando duas palestrantes que tomaram a maior parte da reunião com uma formação sobre tecnologia assistiva e práticas inclusivas, reproduzindo a mesma concepção do governo e da direção do sindicato de que os

problemas da educação são essencialmente de formação, em especial dos professores, ou seja, basta investir na formação capacitando os professoras para desenvolver estratégias pedagógicas assertivas que resolveremos os problemas da educação, ignorando completamente os problemas estruturais das escolas públicas.

Após a palestra de aproximadamente 2 horas, o presidente do sindicato tomou a palavra e discursou sozinho por mais 1 hora, narrando as normativas publicadas e as que estão em vias de publicação, nas quais os burocratas já conhecem seu teor e sabem que haverá novos ataques, mas não permitiu nenhum debate e encaminhamento para enfrentar as novas ofensivas do governo. As correntes que compõem a Oposição Unificada se calaram, tudo indica que fizeram um acordo, pois Cláudio permitiu que uma militante do PSOL fizesse uso da palavra na abertura da

reunião para discursar sobre o Plebiscito popular.

Em relação ao SPI, Nunes almeja que em 2026 todas as escolas de ensino fundamental tenham turmas no integral e começa a expandir também o integral na educação infantil, nas EMEIs (pré-escolas), empurrando parte da demanda para os CEI conveniados, ampliando ainda mais a privatização na educação infantil, que já é de aproximadamente 90% das matrículas dos bebês de 0 a 3 anos, e agora irá expandir a privatização das matrículas das crianças de 4 e 5 anos. Apesar de reconhecer que esse é o projeto de Nunes, a burocracia faz discurso demagógico de que são contrários a escola de tempo integral, mas defendem uma educação integral, o que significa na prática defender abertamente a política do governo e por isso não organizará a resistência coletiva, pelo contrário compactua com a política eleitoral e privatista de Nunes. ●



Boletim para Reunião de Representantes (09/09/25) e Conselho Geral (12/09/25)

DEFESA DA DEMOCRACIA SINDICAL/OPERÁRIA EM TODAS AS INSTÂNCIAS DO SINDICATO ABAIXO O SILENCIAMENTO DA BASE E DAS OPOSIÇÕES!

A democracia sindical é uma expressão da democracia operária, que pressupõe que são as instâncias deliberativas do sindicato que devem discutir e deliberar em conjunto com os trabalhadores o programa de reivindicações e os métodos a serem aplicados para impô-las. Isso significa que as direções sindicais deveriam se submeter a esse exercício da democracia direta (operária) em todas as instâncias do sindicato (assembleias, congressos e reuniões de representantes e conselheiros).

No entanto, a “democracia” praticada pela burocracia sindical é a representativa/indireta, uma expressão da política burguesa, ou seja, a direção burocrática eleita impõe sua política a base e por isso usa de diversas estratégias para silenciar os trabalhadores, tais como realizar palestras nas diferentes instâncias do sindicato, anulando as proposições/indicações da base, que segundo o estatuto da entidade deveria ocorrer nas reuniões de representantes e as deliberações que deveriam ocorrer nas reuniões do Conselho Geral, nas assembleias e congressos.

A extinção das assembleias (que só tem se realizado em períodos de greve) amplia a burocratização dos sindicatos e deixa nas mãos exclusivamente da direção as decisões sobre as reivindicações e os métodos de luta, que acabam por impor acordos realizados nos bastidores, entre governos e burocratas, o que leva a uma política de conciliação de classes em substituição à luta classista. O resultado dessa política é uma somatória de derrotas!

Por isso, os trabalhadores devem exigir a mais ampla democracia operária em todas as instâncias do sindicato, combinadas com os princípios da independência de classe, da mais ampla unidade dos assalariados em luta e dos métodos próprios da classe, a ação direta.

34º CONGRESSO DO SINPEEM / VOCÊ SABE QUAL É A FUNÇÃO DO CONGRESSO SINDICAL?

Segundo o estatuto do SINPEEM:

Art. 24 – O congresso é órgão de deliberação superior, sendo integrado por representantes, delegados das unidades de trabalho eleitos conforme dispuser o regimento de cada congresso.

Parágrafo único – O congresso é aberto à participação de todos os associados, eleitos como delegados, com direito à voz e voto.

Art. 25 – Ao congresso compete:

- I - fixar as metas das campanhas reivindicatórias, de defesa e divulgação de princípios e direitos;
- II - fixar programas e projetos visando a defesa da educação e de seus profissionais;
- III - Fixar ações visando a unidade dos profissionais de educação, relacionamento e atuação com os demais trabalhadores;
- IV - eleger delegados para congressos intersindicais;

Art. 26 – O congresso se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez a cada dois anos, em data e local definidos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho Geral, sob a presidência do SINPEEM.

Em linhas gerais, o Congresso tem a função de nos organizar enquanto classe, de trabalhadores, preparando nossas lutas futuras com as pautas próprias da educação municipal, mas também organizando nossa atuação em unidade com os demais assalariados com as pautas políticas mais gerais. Para que isso aconteça, o Congresso deve ser um espaço de intensos e democráticos debates sobre a conjuntura política e as políticas educacionais levadas a cabo pelos governos, sobre o balanço da atuação das direções sindicais no último período e a construção de um plano de lutas.


E o que faz a direção do SINPEEM?

Tem armado um congresso, que não serve para organizar a luta, mas apenas para promover formação adaptada às demandas do currículo vigente e entretenimento aos trabalhadores. A conhecida estratégia do “pão e circo”. Ao privilegiar no congresso e demais instâncias do sindicato espaços de formação, a direção do sinpeem não apenas objetiva silenciar a base e centralizar as decisões nas suas mãos, como demonstra assimilar a política do governo de responsabilizar os profissionais de educação pelo fracasso escolar, secundarizando os problemas relacionados às reais condições de trabalho e estudo nas escolas. Essa é uma das formas utilizadas pelo governo para responsabilizar os professores pelos resultados educacionais, além de servir aos seus propósitos privatistas, de ampliar a terceirização e privatização na educação (convênios, plataforma, etc). Não podemos aceitar que o sindicato atue da mesma forma que o governo!

O Congresso também não serve para entreter os trabalhadores como forma de “recompensa”, ou “escape”, pelas péssimas condições de trabalho. Pelo contrário, o Congresso deve ser um instrumento de organização da luta para mudarmos essas condições de trabalho, de acordo com os nossos interesses de classe. É claro que o sindicato pode promover atividades artísticas e culturais, mas estas não devem ocupar o nosso espaço de discussão e organização dos trabalhadores, eleitos como delegados nas escolas. Devem ser oferecidas em espaços e ocasiões nas quais todos os trabalhadores tenham acesso, como o próprio Centro Cultural construído pelo sindicato, todavia, sem anuência, nem controle ou aprovação dos custos pelos filiados.

Não podemos aceitar um congresso distracionista, enquanto os governos seguem impondo ataques ao conjunto da nossa categoria. Neste momento, por exemplo, os governos arquitetam uma reforma administrativa que destruirá direitos históricos conquistados na luta, como a estabilidade. Por um congresso com ampla democracia operária para que possamos nos organizar com independência de classe defendendo nossas reivindicações, de emprego, salário e melhoria das condições de trabalho! ●

AVANÇA A PRIVATIZAÇÃO E QUEBRA DO MONOPÓLIO DOS CORREIOS

 Foi aprovado em Comissão da Câmara de Deputados o Projeto de Lei 7488/2017, de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (“auto-exilado” nos EUA), que abre caminho ao fim do monopólio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e à participação privada nessa (semi-privatização). O SINTECT (CTB, do PCdoB) e a FINDECT (CUT, PT) exigem sua retirada e se garantam a ECT “100% estatal”. Na quarta-feira (03/09), foi aprovado em 30 segundos, uma Proposta de fiscalização dos Correios sob controle da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), para vai investigar, junto com o Tribunal de Contas da União, “irregularidades contábeis, gestão temerária, riscos operacionais e possíveis fraudes”.

A pandemia fez crescer os lucros da ECT pelo aumento de envios de cartas, telegramas, mercadorias e bens. Sempre foi um objetivo dos capitalistas privatizar a empresa e se apropriar dos lucros que ficam nas mãos do estado, mas devido ao aumento do mercado e dos lucros essa ofensiva privatista deu um salto à frente. O monopólio da ECT entrava o objetivo de um setor da burguesia (estrangeira e nacional) tomar posse desses lucros bilionários e do massivo mercado. O PL 7488/2017 que se retoma sob o governo Lula/Alckmin, somado ao objetivo da direita e ultradireita de usar a CTFC para justificar sua privatização, é um elo

nessa ofensiva privatizante que se estende a todos os serviços públicos.

O monopólio estatal garante ainda que 5.426 dependências da ECT em municípios de todo o país sobrevivem graças aos recursos gerados pela estatal em nível nacional. Ou seja, parte dos lucros vão para manter filiais que não tem como garantir sua sobrevivência com recursos próprios. Apenas 324 municípios (os de maior volume em distribuição de entregas e de mais elevada densidade de população) são “superavitários”. Com o fim do monopólio, milhares de municípios e milhões de pessoas se veriam afetadas com a perda do serviço. Ainda que o serviço fosse prestado por privados, haveria um aumento dos preços e mão de obra precarizada para as empresas obterem seus lucros.

Desde que Lula assumiu a presidência, o SINTECT e a FINDECT se subordinaram ao governo e abortaram greves para não prejudicá-lo, apesar de que os trabalhadores perdiam direitos e viam seus salários rebaixados diante da inflação. Tampouco agora estão fazendo nada contra a privatização. Existe “indicativo de greve” para 16/09, sem convocatória de assembleias. Os burocratas querem negociar com o governo e pressionar os deputados. Como já demonstrou a privatização do Metrô, da CPTM e da Sabesp (dirigidos pela CUT e CTB), esse é o caminho da derrota. Agora, estão mais interessados na

campanha eleitoral para 2026 que em defender os empregos e as condições de vida da categoria, apesar da empresa ameaçar demitir 10 mil trabalhadores e do avanço do *Programa de Jovem Aprendiz*, que é uma forma precarizada de contratar com um salário em média de R\$ 600,00, trabalhando 20 horas por semana.

O maior entrave para que se defendam as reivindicações e à empresa contra sua privatização é a política de colaboração de classes das direções. Não há como o governo atender às reivindicações e frear a privatização, porque é um governo da burguesia que avança à privatização da ECT assim como dos portos, aeroportos, rodovias etc. É preciso que a categoria tire as conclusões das contínuas derrotas.

É preciso mobilizar a categoria desde a base, convocar as assembleias e se apoiar na ação direta: os atos, piquetes, greves, paralisações etc. É a ação coletiva e unitária dos trabalhadores contra o governo e o patrão que pode manter os direitos, os salários, os empregos e barrar a privatização dos Correios!

Para avançar por esse caminho, mais do que nunca, é necessário organizar uma verdadeira oposição classista e combativa a esta burocracia sindical e uma oposição revolucionária a mais este governo burguês, de Lula/Alckmin. É por meio da defesa de um programa de reivindicações e contra a privatização, que essa oposição se

forjará e ajudará a base a passar por cima das direções pelegas.

Sem organização independente e sem uma política real de independência de classe expressa em um programa próprio de reivindicações os ecetistas continuarão sofrendo com a superexploração, salários rebaixados, desemprego, terceirização que aumentará ainda mais com a entrega da ECT aos capitalistas. ●

“

...

Desde que Lula assumiu a presidência, o **SINTECT e a FINDECT se subordinaram ao governo e abortaram greves para não prejudicá-lo, apesar de que os trabalhadores perdiam direitos e viam seus salários rebaixados diante da inflação.** Tampouco agora estão fazendo nada contra a privatização.

FOLHETO

NOVO!

 Para o

TRABALHO REVOLUCIONÁRIO

nos SINDICATOS

e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

2 de setembro de 1945

É proclamada a *independência do Vietnã*, que abre caminho à intervenção imperialista e à revolução social¹

No dia 2 de setembro de 1945, Ho Chi Minh, dirigente comunista vietnamita, proclamava a República Democrática do Vietnã, aplaudido por uma multidão na Praça Ba Dinh, em Hanói.

Em 1941, foi fundado o Viet Minh – guerrilha camponesa “marxista” – visando a lutar pela independência contra a ocupação do Japão (da chamada Indochina Francesa). Em 1945, atuou em uma frente junto aos franceses visando à derrota militar do império japonês (a França era a potência opressora e colonial do país por séculos). Com a rendição do Japão, conquistando o norte do país e uma grande influência entre as massas populares, Ho Chi Minh declarou a independência nacional.

A França revoltou-se contra as massas que decidiram trilhar o caminho de sua independência nacional, e deslocou tropas que ocuparam o sul, apresentando ao Viet Minh um acordo para dividir o país. Rejeitado o acordo pela guerrilha “comunista”, foram rompidas as relações e, em 1946, a França bombardeou Haiphong, no norte do Vietnã. Assim iniciava a luta pela independência e soberania nacional, primeiro contra o imperialismo francês, e depois o norte-americano, os quais derrotaram com ajuda e apoio da China e da URSS. Com a saída das forças dos EUA do país, o Viet Cong (ex Viet Minh) conquistava o controle sobre todo o país e, em 1975, era fundada a República Socialista do Vietnã (RSV).

Rompia-se mais um elo na cadeia mundial capitalista. A integridade territorial e soberania nacionais eram conquistadas pelas massas em luta revolucionária contra a burguesia imperialista. A profunda e radical reforma agrária e a estatização da economia fundaram as bases do Estado Operário, significando mais uma conquista revolucionária das massas mundiais contra o capitalismo. A luta das massas vietnamitas colocou em primeiro plano as leis

da revolução proletária na época de decomposição capitalista (a imperialista): a revolução democrática pela soberania e independência nacional perante a opressão estrangeiras, inevitavelmente deve-se transformar em revolução proletária que inicia o curso da transição para o socialismo, ou perecer sob pressão do imperialismo.

Repetiam-se no Vietnã as leis da revolução que levaram à transformação da revolução democrática em socialista na Coreia do Norte e em Cuba. E como essas, a RSV surgira no curso de avançada burocratização dos Estados Operários russo e chinês, e de desagregação da vanguarda da IV Internacional, constituindo-se em um estado operário prematuramente degenerado. Ocorre que é também uma lei desta época que, se essas tendências objetivas do desenvolvimento histórico não estiverem sob a direção marxista-leninista-trotskista, a revolução pode degenerar prematuramente. A reconstrução da direção revolucionária orientada sob o programa da revolução política é que libertará a economia estatizada dos entraves burocráticos e permitirá dar saltos na transição ao socialismo. Essa tarefa está colocada no Vietnã, na Coreia do Norte, na China, em Cuba e na Rússia. Sob direção do proletariado controlando os estados e as economias nacionais será possível reunir esses países em uma frente única de estados operários que disporá de toda ajuda necessária à luta das nações oprimidas.

Enquanto a burocracia contrarrevolucionária continuar a dirigir os estados operários, não apenas a restauração capitalista ameaçará com a destruição das conquistas revolucionárias como permitirá o imperialismo e seus vassalos continuar a afundar na barbárie social às massas mundiais. O colaboracionismo cúmplice dos estados operários com o genocídio na Palestina ocupada e sua decisão de não ajudar aos palestinos a conquistarem sua autodetermina-



ção, serve aos interesses da burguesia e, portanto, prepara as condições para a derrubada das burocracias, a destruição das propriedades nacionalizadas e o avanço à violenta opressão nacional das semicolônias e povos oprimidos.

A experiência demonstra que é possível as massas derrotarem uma força militar superior. Setores das massas no mundo todo se ergueram contra a guerra de opressão nacional, dirigida pela burguesia norte-americana contra o Vietnã, e com suas ações e medidas ajudaram na sua derrota. A luta dos palestinos contra seu extermínio e pela sua autodeterminação trouxeram à superfície esse instinto internacionalista e solidário das massas exploradas com os povos oprimidos. Ficou claro que a esmagadora maioria dos explorados está do lado dos palestinos contra seus verdugos e cúmplices. Trata-se agora de impulsionar e defender o programa que leva à derrota militar dos opressores e unificar os explorados no mundo todo para estrangular os interesses do sionismo e o imperialismo. Palestina pode ser um novo Vietnã para os verdugos e carneiros dos povos, falta apenas a direção revolucionária capaz de as organizar sob o programa revolucionário que abra o caminho para cumprir esse objetivo. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base da nota publicada no jornal OI n° 19, de setembro de 2024.



9 de setembro de 1948

Fundação da República Popular Democrática da Coreia¹

A República Popular Democrática da Coreia (RPDK) foi fundada em 9 de setembro de 1948, após a expulsão dos japoneses da parte norte da península coreana pela guerrilha liderada por Kim Il Sung. Temendo a expansão da revolução, os EUA ocuparam grande parte do sul, transformando-o em um protetorado norte-americano. A URSS veio no auxílio das forças revolucionárias e ocupou o norte.

Com a invasão do sul pela RPDK, em 1950, o imperialismo interveio militarmente, e empurrou as forças norte-coreanas de novo para acima do paralelo 38. A burocracia soviética prestou ajuda militar à RPDK, mas negou-se a intervir diretamente no conflito. Em 1953, se estabeleceria um acordo de cessar-fogo entre a URSS e os EUA, formalizando a divisão da Coreia - sem acabar com a guerra. A burocracia soviética transformou a RPDK em um estado-tampão para proteger suas fronteiras.

Com a passagem da RPDK da influência soviética para a chinesa, a burocracia maoísta-estalinista passou a garantir sua sobrevivência, em troca de usá-la como peão e ameaça contra o imperialismo, visando a enfraquecer o cerco sobre a China. O atual estreitamento de relações entre as burocracias russa e norte-coreana assinando um acordo de ajuda militar mútua em caso de ataques de potências estrangeiras é ditado pela necessidade de apresentar um front comum para resistir à ofensiva imperialista, que visa a destruir os Estados Operários e a derrubar as burocracias.

A RPDK foi fundada quando a URSS mergulhava na convivência pacífica com o imperialismo, levando os partidos e as revoluções a degenerarem. A RPDK refletiu esse processo, forjando uma ditadura burocrática baseada no culto à família Kim e na hereditariedade do mando estatal. Permanecem em pé as conquistas revolucionárias (propriedade estatizada e a coletivização da agricultura), mas, assim como na Rússia e na China, essas servem à burocracia do partido e do Estado, que usufrui da maior parte do excedente do trabalho do proletariado e dos camponeses.

Abortada a unificação da Coreia pela política contrarrevolucionária da burocracia estalinista e da burguesia imperialista, abriu-se passagem aos permanentes conflitos entre o Estado Operário degenerado do norte com a República burguesa do sul. No confronto, a trincheira comum das massas proletárias das duas Coreias é a da defesa da propriedade nacionalizada contra a ofensiva imperialista que se utiliza, como base de manobras, da Coreia do Sul. Eis porque o programa da revolução política na RPKD e o da revolução social na República da Coreia do Sul unificam a luta do proletariado coreano em seu conjunto, e lhe permite avançar na unificação de todo o país por métodos revolucionários.

Estabelecendo a ditadura e direção do proletariado sobre a economia estatizada e do estado da RPDK, e integrando-a por meio da revolução social às mais desenvolvidas forças produtivas do sul, se abrirá uma via ao amplo e harmônico desenvolvimento de toda a península em benefício do nível e cultura das massas coreanas em seu conjunto, o que permitirá ainda dar um salto na transição ao socialismo,

livre do entulho burocrático e da ditadura da burguesia imperialista, além de favorecer a regeneração revolucionária da China e a luta pela revolução socialista por toda a Ásia burguesa. ●

1. Atualizado sobre a base da nota publicada no jornal OI nº 19, de setembro de 2024.

14 de setembro de 1867

Publicação do primeiro livro de O Capital¹

A publicação de livro I de *“O Capital - Crítica da Economia Política”* mostrou como procede um revolucionário em face da ciência: parte da análise do real e concreto, até se elevar à compreensão teórico-abstrata das ligações e leis do desenvolvimento dos fenômenos histórico-sociais da produção e do comércio, que determinam a existência social dos indivíduos submergidos em determinadas relações de produção, aplicando o método materialista dialético e histórico para compreender as leis objetivas do desenvolvimento do capitalismo.

Marx nunca considerou *O Capital* como impossível de ser revisado e corrigido. Essa preocupação nota-se, por exemplo, quando, no Posfácio da segunda edição (Londres, 24/01/1873), assinala que no “capítulo 1, item 1, a dedução do valor mediante a análise das equações nas quais se exprime todo valor de troca é efetuada com maior rigor científico; do mesmo modo, é expressamente destacada a ligação, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza deste último, por meio do tempo de trabalho socialmente necessário”. Ou, quando assinala que o “capítulo 1, item 3 (‘A forma de valor’) foi integralmente reelaborado”.

Marx escreveu visando dotar a classe operária de uma doutrina teórica que fosse uma arma prática na sua luta revolucionária pela abolição da propriedade privada e da opressão de classe. “A acolhida que *O Capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho”, afirma Marx no Posfácio da segunda edição. Ciente das dificuldades de leitura que apresentava sua obra, procurou simplificar “o máximo possível” as formulações., visando ajudar na compreensão de que “não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista”, e sim de compreender as “leis dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade”.

O Capital é uma das mais elevadas sínteses da exposição científica das leis econômicas que regem o nascimento, o desenvolvimento e a decomposição do capitalismo, e que levam em seu processo dialético a criar as bases materiais (sociais e econômicas) para a transição para o socialismo e para o comunismo. É uma obra indispensável para elevar a consciência da classe operária e formar os revolucionários profissionais, isto é, para traduzir a teoria revolucionária em prática revolucionária. ●

O imperialismo e aliados se *preparam* para uma guerra em grande escala

Após a cúpula do Alasca entre Donald Trump e Vladimir Putin, aguardava-se um avanço para o fim da guerra na Ucrânia. Um mês depois desse episódio, a situação da guerra da OTAN contra Rússia usando a Ucrânia de instrumento militar, continua seu percurso. O que mudou é que os EUA continuam provendo inteligência satelital, logística e material bélico, mas a Europa é que compra as armas enchendo os cofres dos EUA, se empobrecendo e seguindo seu curso de desagregação. Nos fatos, EUA “terceirizou” a guerra contra Rússia à burguesia europeia que, presa entre os dois fronts desfavoráveis a sua economia e necessidades industriais - o militar favorável à Rússia e o econômico favorável aos EUA -, empurrando a Europa para uma crise continental de dimensões históricas que poderá apagar a União Europeia.

A margem de manobra da burguesia europeia na convulsiva situação mundial é muito estreita, sobretudo, quando surgem indicadores de uma crise nas três principais potências: Alemanha, Inglaterra e França - dos que mais gastam na guerra na Ucrânia e mais se preparam para a guerra contra Rússia. A “Coalização dos Dispostos” (denominação do grupo encabeçado por esses três países para ajudar a Ucrânia) enfrenta um cenário sombrio em seus países. Inglaterra entrou em uma crise de dimensões parecidas à sofrida nos anos de 1970 quando requereu um resgate do FMI. O déficit está nas alturas, a inflação descontrolada, o endividamento chegou a 96% do PIB, continua seu retrocesso industrial e destruição dos serviços públicos e condições de vida da população projetam os conflitos sociais. A França viu cair seu primeiro-ministro e eclodir protestos contra o corte orçamentário de US\$ 51,3 bilhões, o aumento de impostos e as contrarreformas propostas pelo governo Macron. Seus gastos na Ucrânia excedem a capacidade da economia francesa de gerar recursos para sustentar o parasitismo da indústria

e do capital financeiro sobre a economia nacional. E isso acontece quando a dívida chegou a 113,9% do PIB. Por sua vez, a Alemanha enfrenta uma contração de sua economia (-0,3) pelo segundo ano consecutivo. As vendas de empresas alemãs retrocederam -2,1%, e as exportações aos EUA e à China despencaram. A indústria química e metalúrgica vem caindo ano após ano. Foram perdidos neste ano 114 mil empregos, e tomando-se o ano de 2019 (Pandemia) como referência, são 250 mil postos de trabalho destruídos. O motor da Alemanha, a indústria automobilizadora, reduziu em 7% seus empregos (mais de 51 mil demitidos).



(...) EUA “terceirizou” a guerra contra Rússia à burguesia europeia que, presa entre dois fronts desfavoráveis a sua economia e necessidades industriais - o militar favorável à Rússia e o econômico favorável aos EUA -, empurrando a Europa para uma crise continental de dimensões históricas que poderá apagar a União Europeia.

Essas condições fazem da burguesia europeia uma das mais ávidas de prosseguir as guerras e, particularmente, participar dos despojos da Ucrânia em igualdade de condições com os EUA. Porém, a Europa já não tem as capacidades industriais para se aventurar na guerra. A estagnação econômica que perpassa mais de dois anos, a inflação generalizada nos bens de consumo industrial e popular produto do aumento dos custos de energia (consequência de se ajoelhar aos ditames dos EUA de não comprar petróleo russo e sim norte-americano) e a desagregação de suas

forças produtivas, impede à Europa se armar por seus próprios meios, o que aprofunda sua subserviência aos EUA.

Uma saída à desastrosa situação seria sair vitoriosa de uma guerra que lhe permita tomar novos mercados e fontes de matérias-primas baratas. Entretanto, mantém a economia com respirador artificial com violentas contrarreformas sobre as massas, reduzindo salários, retirando direitos e destruindo aposentadorias. Para impor essa violenta mudança nas relações entre as classes, a burguesia restringe a democracia, militariza as relações sociais e políticas no continente e intervém sobre os países que não se subordinam. A organização de protestos na Sérvia, a prisão de presidentes de repúblicas autônomicas de Srpska e da Transnistria, a cassação de candidatos opositores etc. demonstram que a burguesia europeia avança na via da centralização autoritária para continuar as guerras e a opressão nacional.

Essa é também a via traçada por Trump para o imperialismo norte-americano. Como assinalamos na nota publicada neste jornal (ver pag. 28), o governo republicano é um governo eleito pela burguesia para fazer a guerra, ampliar o intervencionismo e aumentar a centralização ditatorial das relações políticas e sociais dentro do país. A militarização da Califórnia, Illinois e Massachussets sob a justificativa de combater a imigração ilegal e os crimes complementam-se com o avanço na centralização autoritária das polícias metropolitanas de prefeituras e governos democratas, além dos sindicatos do funcionalismo. A “estatização” das indústrias de tecnologia e militar (via compra de ações ou de decretos declarando esses setores de “prioritários” ao estado) preanunciam a centralização desses setores essenciais para travar uma guerra. Para avançar por essa trilha, o governo Trump ainda se apoia ainda nas instituições da democracia formal, mas adotando medidas centralizadoras, ↑

//
...
—

A via da guerra traçada cada vez mais abertamente pelo imperialismo (com os EUA como seu carro-chefe) é determinada pelo choque histórico entre duas forças econômicas antagônicas: entre as forças produtivas desenvolvidas sob o envoltório da propriedade nacionalizada pelas revoluções, contidas nos Estados Operários – ainda que profundamente degenerados –, em choque com as forças produtivas históricas desenvolvidas sob o envoltório da grande propriedade privada monopolista, sediadas pelos Estados capitalistas imperialistas. **O desenvolvimento (ainda que limitado) de uma dessas forças mundiais significa a sentença de morte da outra.**

→

adota cada vez mais a forma política um regime de governo de características semi-bonapartista. Que poderá evoluir para um governo bonapartista (ditatorial e fascistizante) caso a situação política mundial se agrave. Antes de desagregar, os EUA irão à guerra para sobreviver como a principal potência imperialista. E, para isso, precisará “pacificar” (militarizar) e centralizar rigidamente às disputas inter-burguesas e aos explorados.

O principal rival e inimigo, portanto, objetivo de guerra dos EUA, é a China, que se converteu na primeira potência industrial do planeta e continua em progressão ascendente, alavancando suas capacidades tecnologias e industriais. A via da guerra traçada cada vez mais abertamente pelo imperialismo (com os EUA como seu carro-chefe) é determinada pelo choque histórico entre duas forças econômicas antagônicas: entre as forças produtivas desenvolvidas sob o envoltório da propriedade nacionalizada pelas revoluções, contidas nos Estados Operários – ainda que profundamente degenerados –, em choque com as forças produtivas históricas desenvolvidas sob o envoltório da grande propriedade privada monopolista, sediadas pelos Estados capitalistas imperialistas. O desenvolvimento (ainda que limitado) de uma dessas forças mundiais significa a sentença de morte da outra. E se bem as burocracias herdeiras do estalinismo têm contido e bloqueado de forma ditatorial e criminosa o percurso da revolução mundial, ajudando ao processo da restauração capitalista, sem nunca a completar, na medida em que as conquistas revolucionárias permanecem em pé, impõem empiricamente à casta parasitária defendê-las e se apoiar nelas para se preservar no poder.

A guerra promovida, projetada e impulsionada pelo imperialismo em decomposição visa a mudar pela força esse curso histórico das forças produtivas e técnicas que agem cegamente, embora se manifestem nas políticas das classes e dos estados. A destruição da propriedade nacionalizada e sua reconstrução parcial sob controle do capital financeiro, que exigem a derubada da burocracia e desmembrar a China e a Rússia, as reintegrando ao capitalismo como semicolônias, é uma imposição objetiva da desagregação do capitalismo. Como afirmamos na nota citada, a bandeira trumpista de “América Primeiro” é “um grito de guerra da burguesia imperialista norte-americana contra os assalariados e estados do mundo inteiro”. O cerco colocado sobre a Venezuela o deixa claro, assim como o apoio de Trump ao expansionismo e genocídio sionista. O ataque de Israel contra a liderança de Hamas no Qatar demonstrou que os EUA e Israel não se importam sequer com seus aliados quando se trata de impor seus interesses. A paz de interesse de Trump é o da submissão pela pressão e pela força das armas de todos seus rivais e das nações semicoloniais que tenham qualquer recurso ou matéria-prima de interesse da burguesia norte-americana, ou se resistam a seus ditames. Mas, a guerra também aceleraria a decomposição do capitalismo e do imperialismo, e abriria caminho às revoluções.

Essas tendências devem ser claramente compreendidas pela vanguarda com consciência de classe para estabelecer a linha e tática que permitam impulsionar a luta de classes e as revoluções proletárias, sem nunca apoiar as burocracias, mas combatendo firme e decididamente ao imperialismo conjuntamente junto dessas se as conquistas revolucionárias das proprie-

dades estatizadas são ameaçadas de destruição. Qualquer vitória imperialista é mais uma derrota dos explorados e oprimidos. A derrota do imperialismo significará uma vitória parcial das massas e das nações oprimidas.

É com essa compreensão ainda que se poderá reconstruir a direção revolucionária da classe operária, e superar os desvios revisionistas das correntes que são incapazes de avaliar cientificamente as bases econômicas e sociais que estão na base dos choques e conflitos mundiais. A reconstrução da direção revolucionária mundial apoiada nas lutas operárias e das massas seria um grande impulso para sua reconstrução. Via essa que poderá ir se abrindo ainda em meio à luta em defesa de direitos, salários, empregos e o fim da opressão de classe nacional que ganham proporções de movimentos de massas e que, em seu desenvolvimento, favorecem à vanguarda com consciência de classe e cimentada firmemente no marxismo, dar passos à construção do partido da revolução e ditadura proletárias. ●

FOLHETO **NOVO!**

PROGRAMA

PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

13 de setembro de 2025 / nº 83



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

Israel-EUA querem destruir Gaza e limpar etnicamente a Palestina, ameaçando levar a guerra ao Líbano, Síria, Iêmen, Qatar e o Oriente Médio para impor seus objetivos

AS MASSAS ÁRABES DEVEM DECLARAR A GUERRA AO SIONISMO E IMPERIALISMO, DERRUBAR SEUS GOVERNOS E SE UNIREM EM UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA PARA DESTRUIR ISRAEL E EXPULSAR O IMPERIALISMO E O SIONISMO DE TODA A REGIÃO!!

O estado terrorista e genocida de Israel bombardeou em Doha, capital do Qatar, o prédio que serve de quartel-general à liderança do Hamas que mora nesse país. No momento do ataque, Hamas estava discutindo e avaliando uma proposta de cessar-fogo para conseguir uma trégua ao genocídio e limpeza étnica praticadas ao estilo nazista - em escala industrial - pelo sionismo e o imperialismo norte-americano contra os palestinos. Tentou assassinar a liderança da resistência palestina para enterar qualquer ilusão sobre os dois Estados, que os palestinos aceitassem sua expulsão e a completa destruição de seus lares e cidades, assim como o roubo de suas terras como um fato consumado, e só cabe se resignar e fugir, ou continuar a morrer trucidados pelas bombas e balas, ou bem definir até desvanecer pela fome, falta de medicamentos e água etc. 800 mil palestinos estão sendo for-

çados a seu deslocamento, enquanto 500 mil estão sob ameaça de morrer de fome. Gaza já não existe como cidade, apenas há escombros e um par de bairros continuam em pé, mas já estão sendo demolidos por bombas. Gaza e Cisjordânia foram transformados em guetos submetidos a massacres e pogroms permanentes.

O ataque em Doha foi denunciado e rejeitado como "flagrante violação da soberania árabe" pelo próprio governo catari junto da Arábia Saudita, Jordânia, Egito, Tunísia, Argélia, Síria, Iraque, Turquia etc. Palavras vazias e impostura retórica dos mesmos governos que fazem negócios com Israel e lucram com o sangue palestino. Esses governos vassalos dos ditames imperialistas sofrem uma amostra do que os palestinos sofreram por mais de 76 anos enquanto esses governos ficaram calados, quando não apoiando Israel. Ainda assim, se deve denunciar o ataque como mais um ato terrorista das centenas praticados pelos genocidas israelenses. Antes, tinham sido bombardeados dois barcos da Global Sumud Flotilha que se dirigem a Gaza para romper o cerco em águas territoriais da Tunísia. Por mais de um ano os sionistas vêm bombardeando o Líbano amparados pela subserviência do governo preposto pelo imperialismo, cujos interesses, o presidente Aoun e primeiro-ministro Salama, querem desarmar o Hezbollah sob ordens dos EUA, o que

apenas servirá para Israel colonizar parte do Líbano. Desde a derrubada de Al-Assad, Israel roubou territórios à Síria com apoio dos drusos e a inação cúmplice do governo da HTS. O governo "miliciano jihadista" tem negociado com o imperialismo e Israel a partição e desmembramento da Síria, mostrando que foram parte de um movimento contrarrevolucionário manejado pelo imperialismo para colonizar e submeter todo Oriente Médio a seus interesses.

Quase todos os governos que lamentam as mortes ou ameaçam reconhecer o estado palestino são os mesmos que financiam Israel e apoiam os traidores da Autoridade Nacional Palestina. Sabe-se que a esmagadora maioria da população de Israel apoia o objetivo da "Grande Israel" que somente pode ser construído liquidando os palestinos, libaneses e sírios e ocupando terras de estados árabes militarmente. Como assinalamos no Manifesto do PPRI nº 80 (09/08/2025), *"As imagens das figuras humanas cadavéricas desvanecendo da vida pela falta de comida lembra, ao vivo, que é possível ao sionismo não sentir qualquer remorso e não ter limite para que a burguesia parasitária e decomposta obtenha lucros sobre os ossos e sangue dos povos oprimidos. Desde o passado na América Latina e na África, passando por Europa do século XX até chegar na Palestina, o genocídio tornou-se um instrumento da po-*



“ Se os governos burgueses se negam a parar o genocídio, então que sejam derrubados, e que as massas tomem o poder e construam um estado cimentado sobre a solidariedade internacionalista ativa e revolucionária com os palestinos e todos os povos oprimidos do mundo! ”

→ *lítica da classe dominante para impor seus interesses e fazer negócios com as terras, recursos e riquezas dos povos massacrados. Por isso nunca houve e não haverá qualquer interesse do imperialismo e do sionismo em um acordo que garanta aos palestinos a posse (...) de suas terras ancestrais.”*

Quem impulsiona e financia o holocausto são, principalmente, os EUA. Quem desativou as defesas aéreas cataris (de origem norte-americana) de forma remota, foram os EUA. Israel é seu enclave na região. O ataque em Doha foi combinado com Trump, que deu luz verde, e que sempre fala de negociações de paz apenas para acobertar suas ações militares. Esse “aliado” dos governos árabes demonstrou que os “Acordos de Abrão” são a máscara diplomática que acobertam a colonização de Oriente Médio pela burguesia imperialista norte-americana, dentre da qual destaca sua fração sionista, que instrumenta esses objetivos pela via militar, dos enganos e das traições. O governo Trump é de guerra, de genocídio e de destruição. Não lhe importa as leis e direitos internacionais que são obrigatórias para os povos e nações atacadas, mas não para o imperialismo. Não devemos, portanto, recorrer a essas leis e direitos e sim na força coletiva das massas e seu direito a resistir à opressão!

Todo ato da resistência palestina, cada morte de um militar sionista, cada empresa de Israel atingida por operários ou movimentos, cada manifestação de massa que rompe o cerco da repressão do estado, cada ato de revolta contra a inação dos governos, deve, portanto, ser festejado e apoiado pelas massas como uma ação moral e justa - ainda que insuficiente - contra os ocupantes estrangeiros de uma terra que lhes pertence que practica genocídio - e se enorgulhece disso. O problema é que enquanto os palestinos entregam sua

vida e perdem gerações inteiras por defender suas terras, quem poderia ajudar um pouco em nosso país a parar o genocídio prefere a retórica vazia às ações concretas, porque lhes é mais importante a governabilidade, as eleições e os votos que o sangue palestino.

É necessário e urgente impor aos burocratas sindicais a convocatória e organização de assembleias gerais para aprovar greves, ocupações e bloqueios de portos e aeroportos, paralisando as exportações para Israel. As fábricas que produzem aço para os genocidas devem ser ocupadas e estatizadas sob controle operário coletivo. Os petroleiros devem parar os portos e envios de petróleo e derivados para os sionistas - com ou sem as direções. É necessário impulsionar a ruptura das massas com o governo Lula para abrir caminho à luta de classes para estrangular Israel e seus aliados em nosso país.

Se os governos burgueses se negam a parar o genocídio, então que sejam derrubados, e que as massas tomem o poder e construam um estado cimentado sobre a solidariedade internacionalista ativa e revolucionária com os palestinos e todos os povos oprimidos do mundo!

Defendemos a destruição de Israel e a expulsão dos sionistas pela população árabe em armas, organizadas sob uma frente única anti-imperialis-

ta. Defendemos a auto-convocatória das massas para paralisar a indústria de guerra, ocupar as empresas e destruir qualquer seja o interesse dos sionistas em cada país. Defendemos que se combata ao governo burguês de Lula com independência de classe para que seja obrigado a romper todos os acordos com o estado genocida. Defendemos o programa da revolução e ditadura proletárias cuja finalidade é constituir um estado Palestino, uno e socialista, sobre os escombros do estado sionista, e um estado operário em nosso país sob a forma de um governo operário e camponês, o único capaz de transformar a denúncia do genocídio em ações concretas.

Infelizmente, está ausente a direção revolucionária capaz de ajudar às massas a conquistar a independência de classe e elevá-las ao programa, aos métodos e às táticas da luta de classe. Mas, partindo da luta instintiva e de seus combates contra a burguesia e seus governos se poderá reconstruí-la e ajudar a forjar seu partido proletário revolucionário e internacionalista que é necessário pôr de pé para cumprir as tarefas de destruir as burguesias e dar passos na transição ao socialismo, a única via histórica para acabar com os genocídios, os massacres e a opressão de classe e nacional. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

EM DEFESA

DAS CONQUISTAS

DA REVOLUÇÃO

PROLETÁRIA

e da Revolução

Política como

parte da Revolução

Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA

BURGUESA

Adquira com nossos militantes!

DONALD TRUMP INTENSIFICA OFENSIVA SOB A VENEZUELA E MADURO RESPONDE DENUNCIANDO O INTERVENCIONISMO, MAS COM UM TOM CONCILIADOR

Após Trump enviar 10 jatos F-35 ao Caribe e autorizar a derrubada de jatos venezuelanos que sobrevoam navios de guerra americanos, as tensões entre os dois países se acirraram ainda mais nesta semana. Na sexta-feira, dia 05/09, Maduro vem a público, vestido de farda, horas após Trump autorizar seu exército a abater caças venezuelanos que “coloquem em risco” navios de guerra americanos no Caribe. Em seu discurso, exige que Trump desacelere as tensões que caminham para um conflito militar de grande impacto, denuncia o intervencionismo imperialista que busca uma mudança violenta no regime venezuelano e de outros países latino-americanos, mas já adota um tom conciliador ao proferir que respeita Trump:

“O governo dos EUA deve abandonar seu plano de mudança violenta de regime da Venezuela e de toda a América Latina e Caribe e respeitar a soberania, o direito a paz e a independência. Eu o respeito, tivemos diferenças e ainda temos, mas nenhuma das diferenças pode ser utilizada para levar a um conflito militar de grande impacto e violência na América do Sul, não há justificativa. E eu digo ao povo dos EUA, não era verdade que havia armas de destruição em massa no Iraque, assim como não é verdade o que estão dizendo sobre a Venezuela, é um beco sem saída que estão sem metendo. A Venezuela sempre esteve disposta a dialogar, assim como exigimos respeito ao nosso país e a nosso povo...”

EUA pouca de fazer combate ao narcotráfico, no entanto, o faz associando os narcotraficantes ao terrorismo, que é uma das formas de justificar o terror com algum fim político. Neste sentido, a guerra contra as drogas é utilizada para justificar ataques mais violentos bem como a intervenção sob outras nacionalidades, o que não é um elemento novo, pelo contrário é uma retórica bastante utilizada pelo imperialismo norte americano, inclusive já em outros governos. O que significa dizer que o suposto ataque a uma embarcação de drogas da Venezuela, divulgada pelo próprio presidente dos Estados Unidos, na última terça-feira (2), em que segundo Trump, “a operação deixou pelo menos 11 ‘terroristas’ mortos, mas nenhuma tropa americana foi ferida”, serve como uma ameaça em relação ao que está disposto a fazer, contra qualquer governo de vertente nacionalista, que possa dificultar as ações políticas e econômicas dos EUA.

Neste cerco a Venezuela, EUA conta com o apoio de outros

países latino-americanos, onde já conseguiu avançar em seu intervencionismo imperialista, como é o caso do Equador, em que Daniel Noboa recebeu 20 milhões de dólares dos EUA para ajudar a combater o tráfico de drogas e avalia reabrir a base norte-americana, fechada no primeiro governo de Rafael Correa. Reabrir essa base objetivaria utilizar o Equador para atacar ou ameaçar Venezuela, que tem fronteiras comuns com o Equador.

Trump, nesta semana também assinou nesta sexta-feira (5) uma ordem executiva para mudar o nome do Departamento de Defesa, também conhecido como Pentágono, para “Departamento de Guerra”, como era chamado durante as duas guerras mundiais, a medida é parte de suas ações bélicas em escalada no mundo. Na prática, a medida autoriza o secretário de Defesa, Pete Hegseth, e outros integrantes da pasta a usarem títulos como “secretário de Guerra” e “subsecretário de Guerra” em comunicações oficiais e documentos públicos. Ao assinar a ordem, Trump afirmou que a mudança envia uma mensagem de vitória e força aos inimigos dos Estados Unidos. Durante a assinatura, Hegseth, já apresentado por Trump como secretário de Guerra, comemorou a mudança. O secretário disse que a alteração serve para “restaurar o espírito guerreiro” nas Forças Armadas. “Vamos passar para a ofensiva, não ficar apenas na defesa. Letalidade máxima, não legalidade tímida”, disse Hegseth. Essa declaração demonstra que a via traçada pelo governo Trump contra seus rivais e até seus aliados é: submissão aos ditames dos EUA ou enfrentarão intervenções e guerra.

Como analisamos no Manifesto nº81 de 02/09, que segue em anexo, a tendência é de intensificação dos conflitos bélicos, que tem como pano de fundo a guerra comercial com a China, já que a Venezuela comercializa grande parte das suas reservas de petróleo com a China, além de se sustentar como um governo bonapartista nacionalista burguês, se colocando como um obstáculo a expansão do intervencionismo norte americano na América Latina, portanto derrubar o governo chavista de Maduro, significa dar um passo importante na consolidação do seu poderio político sob todas as semicolônias latino-americanas, e tomar posse pela força de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, que são da Venezuela. Neste sentido, reafirmamos nossa defesa incondicional da Venezuela, nação oprimida, diante do intervencionismo imperialista ●

MANIFESTO PPRI

03 de setembro de 2025 / nº 81

VENEZUELA SOB AMEAÇA DO INTERVENCIONISMO

Defender incondicionalmente a nação oprimida diante do imperialismo e dos que o apóiam, da direita burguesa e da esquerda pequeno-burguesa!

**Armamento geral da população e formação de milícias
sob controle das organizações de massas!**

A decisão dos EUA de deslocar uma frota militar com milhares de tropas de assalto sobre as costas venezuelanas, junto a “recompensa” milionária pela prisão ou morte de Nicolás Maduro, indicou um novo passo na ofensiva dos EUA no objetivo de derrocada do governo nacionalista-burguês, de opressão nacional e fazer do continente parte da guerra comercial e das tendências bélicas. A América do Sul entrou em cheio no mapa da guer-

ra comercial e das manobras dos EUA em preparação de uma guerra mundial para impedir seu declínio e ascensão da China e Rússia, bem como dos BRICS.

As ações de “guerra psicológica” objetivam deixar os monopólios norte-americanos tomar posse de todos os poços e jazidas petrolíferas que, hoje, estão sob controle majoritário da China (em parceria com a Rússia). A guerra comercial contra China se projeta na guerra militar. Esse perigo não foi des-

vendado, pelo contrário, vem crescendo e aumentando. Para travar uma guerra mundial, o imperialismo norte-americano deve garantir uma fonte segura, barata e constante de petróleo. Mas, uma guerra na Venezuela seria custosa, retiraria forças militares de outras regiões e levaria a consequências impensadas para a economia e estabilidade norte-americanas. Por isso, é provável que um dos principais objetivos dos EUA seja militarizar o mar Caribe e, assim, decidir

→ pela força a disputa entre Venezuela e Guiana pela soberania das jazidas localizadas no Esequibo. Isso explica por que os governos serviçais de Guiana e de Trinidad e Tobago se dispuseram a servir de bases militares aos EUA. Compõem o quadro de nações e governos servis aos objetivos intervencionistas como Equador, Argentina, Paraguai e Peru, que têm acordado deslocamento de tropas e criação de base de operações do exército dos EUA e da CIA. E são parte dos “inimigos” a Colômbia e o Brasil, que tem ensaiado limitadas medidas protetivas contra as manobras intervencionistas do imperialismo estadunidense.

Está aí a explicação da ameaça direta à soberania e autodeterminação nacionais do país oprimido e semicolonial, e a que se projeta contra todos os governos que tentem ensaiar uma limitada soberania nacional perante os ditames estadunidenses. Mas ainda: é uma amostra do que aguarda a todo América do Sul se decidir seguir uma via limitada de decisões soberanas associadas aos acordos e relações comerciais com a China, que expulsa progressivamente os EUA do continente. Em outras palavras: uma medida de força para impor uma mudança no percurso de decomposição e declínio capitalista norte-americano em face do ascenso industrial, comercial e mundial da China. Ficou claro que um dos objetivos dos EUA na militarização do Canal de Panamá era não apenas impedir seu uso para expansão comercial da China, mas também dispor livremente dessa importante rota marítima para rapidamente fazer um cerco sobre os países latino-americanos que contestem seus objetivos.

O suposto envolvimento de Maduro e das forças armadas venezuelanas com o “Cartel dos Sois” são falsificações que servem ao intervencionismo militar e pressionar à oposição reacionária venezuelana a retomar a via dos levantes e da sedição. Quem não se lembra das acusações de “armas químicas” do Iraque para justificar a destruição desse país e sua colonização pela via militar? A acusação da Venezuela como um “narcoestado” tem o mesmo objetivo estratégico: criar as condições e justificativas falsas para uma intervenção, caso as ameaças não curvem o governo venezuelano.

O governo brasileiro tomou nota dessa mudança na retórica norte-americana de caracterizar os cartéis do narcotráfico como terroristas, o que comportaria a intervenção militar dos EUA para combatê-los. Diferente da Venezuela, a operação contra o PCC em nosso país demonstrou sua integração na estru-

ra do estado e das instituições políticas burguesas. A mudança de governo no Brasil almejada pelos EUA colocaria no poder político às frações mais ligadas ao narcotráfico, a direita e ultradireitas, como tem se comprovado com as apreensões de drogas em aviões e territórios de reconhecidos oligarcas regionais e deputados federais ligados quase sempre ao bolsonarismo. A própria estrutura do bolsonarismo nos estados, a exemplo do Rio de Janeiro, é ligada às estruturas criminosas. No caso da Venezuela, pesam as contínuas derrotas das tentativas de golpes, o fracasso dos bloqueios econômicos, o esmagamento de ataques terroristas e a esperança de uma desagregação do governo chavista pela via eleitoral. A última eleição serviu apenas para o imperialismo desconhecer a legitimidade da reeleição de Maduro e preparar as condições para sua derrocada. Note-se que associar cartéis de drogas a governos “de esquerda” é uma das tantas falsificações que acobertam as operações de mudanças de regimes que entravam o expansionismo estadunidense.

O governo nacionalista-burguês mobilizou as Forças Armadas e abriu inscrições por todo o país para a formação de uma milícia popular de autodefesa da nação. Até o momento, mais de 4,5 milhões se inscreveram: um indicativo da disposição das massas a defender seu país do intervencionismo estrangeiro com armas, se for preciso. Os revolucionários e os verdadeiros marxistas têm o dever e obrigação de apoiar essa medida do governo burguês e exigir ainda que todos os capazes de empunhar uma arma ou prestar serviços à defesa do país, sejam formados e treinados militarmente. Diferenciam-se dos nacionalistas burgueses e da burocracia estatal chavista em que exigem e lutam para que a direção política e comando militar das milícias devam passar às mãos das organizações de massas. Armar o conjunto da nação oprimida, lhe ensinar os rudimentos da guerra e constituir uma força social capaz de defender a nação contra o imperialismo - sem se submeter ao controle e comando da burguesia e seu estado - é do interesse da vanguarda com consciência de classe. Assim se educará o proletariado, os camponeses e demais oprimidos a confiar apenas em suas forças e organizações, preparando condições para que a derrota do imperialismo abra caminho à estratégia proletária.

O imperialismo se prepara para as guerras e pratica o genocídio para impor seus interesses. O holocausto palestino praticado em escala industrial e geográ-


fica pelo enclave dos EUA no Oriente Médio, assim como seu expansionismo belicista, demonstra aos explorados que se devem preparar para guerra contra o imperialismo e seus serviçais. É parte dessa guerra caçar os traidores à soberania e aos interesses nacionais e serem julgados pelos Tribunais Populares. Não deve haver trégua contra os opressores e seus vassalos. E isso não fará o governo nacionalista-burguês chavista.

A mudança do regime é o objetivo dos EUA, em cuja base está o interesse de pôr sob seu controle as gigantescas jazidas de petróleo e gás venezuelano e do Esequibo. Qualquer ajuda ao imperialismo ou tentativa de criar condições fictícias de um suposto levante revolucionário dirigido pelo proletariado e seu partido, nas atuais condições, é uma traição à nação oprimida. E seria garantir ao imperialismo ditar as condições da política interna em qualquer outro país que ouse enfrentá-lo.

Trata-se de defender uma política principista, leninista, de combate à opressão nacional e defesa da nação oprimida porque a derrota imperialista favorece a luta de classes. Nas condições colocadas pelo desenvolvimento histórico está colocada a defesa da tática frentista anti-imperialista das massas na base de suas organizações de massas e dos partidos que se reivindicam da luta pelo socialismo. Firmada sobre a independência de classe, a frente única anti-imperialista se colocaria ao lado do governo para enfrentar o imperialismo, sem se submeter a sua direção política e seus objetivos de classe. É parte dessa tática frentista exigir a unidade de ação das organizações e sindicatos operários e camponeses da América por cima das fronteiras nacionais, contra o inimigo comum, e a defesa dos Estados Operários (ainda que degenerados) dos ataques do imperialismo. A bandeira da derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia se integra à defesa incondicional das nações oprimidas perante o imperialismo que ditam o programa nas condições guerras e contrarrevoluções chefiadas pelos EUA.

O problema concreto é que essa tática e sua consequente estratégia e programa estão impedidas de manifestar e ser desenvolvida porque está ausente a direção revolucionária. Mas, a defesa prática nas lutas dessas bandeiras pode ajudar a sua reconstrução. A urgência dos perigos colocados à nação oprimida exige da vanguarda com consciência de classe potencializar esforço em constituir um verdadeiro partido revolucionário, baseado nos métodos e estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Como caracterizar o governo Trump

 Foi assinada por Trump uma Ordem Executiva (11/08/2025) que pôs sob seu comando à Polícia Metropolitana da capital, Washington DC, afirmando que é “*uma cidade sem lei*”. Imediatamente, foram colocadas nas ruas da cidade centenas de soldados da Guarda Nacional com poder para exercer funções de polícia (detenções, prisões etc.). A prefeita democrata de Washington, Muriel Bowser, foi tomada de surpresa pela medida. Aprovada por 30 dias, a intervenção federal poderá ser estendida por decisão unilateral de Trump e, inclusive, ser aplicada em outros estados e prefeituras democratas. Foi noticiada pela imprensa a decisão de Trump de tomar a mesma medida em Chicago, que denunciou estar “dominada pelo crime”. Assim como Washington DC, Chicago é governada por um prefeito democrata.

As medidas trouxeram à superfície as tendências à militarização da sociedade e das relações políticas entre o governo federal e os governos estaduais e municipais democratas. Essa lógica intervencionista foi observada com a intervenção da Guarda Nacional por ordem de Trump na cidade de Los Angeles, na Califórnia, para reprimir a revolta dos imigrantes contra o ICE (Serviço de Imigração e Controle Aduaneiro) que perseguiu e prendeu imigrantes para expulsá-los sumariamente. O governador democrata da Califórnia contestou judicialmente a medida, afirmando não ter sido consultado.

Crescem também as tendências autoritárias a realizar uma completa revisão das condições trabalhistas e dos direitos do funcionalismo. Em 27 de março, foi publicado uma Ordem Executiva que anulou os *Acordos de Negociação Coletiva* (ANC) de 400 mil funcionários da *Administração de Veteranos* (VA), da *Agência Federal de Gestão de Emergências* e dos *Serviços de Cidadania e Imigração* - quatro quintos do total do funcionalismo federal. Por decisão de Trump, também se encerraram as contribuições sindicais e se demitiram 50 mil funcionários da *Administração de Segurança dos Transportes* (TSA). Estão ainda sob ameaça de demissão 145 mil funcionários federais de dezenas de organismos sob a justificativa da “redu-

ção dos gastos federais” e de “limpar” a administração de “elementos socialistas” ou que boicotam as medidas aprovadas pelo governo federal. Estão sendo também avaliadas pelo governo impor por decreto mudanças nos critérios e no tempo das licenças médicas, a alteração das férias coletivas e modificação das horas extras, demissões e suspensões, assim como medidas disciplinares e mudanças unilaterais no local ou condições de trabalho.

Os dois maiores sindicatos do funcionalismo, a *Federação Americana de Funcionários Públicos* (AFGE) e o *Sindicato Nacional do Tesouro*, recorreram na Justiça contra o Decreto. Mas, sem resistência e uma luta organizada nacionalmente contra o intervencionismo em defesa dos sindicatos, não haverá como frear a ofensiva de Trump. A burocratização e integração dos sindicatos nos aparelhos partidários burgueses, combinada à despolitização e atraso político dos trabalhadores, permitem a Trump dar passos firmes na criação das condições para uma maior centralização autoritária dos sindicatos.

As medidas centralistas e ditatoriais tanto das relações políticas entre estados e governo federal, como das relações trabalhistas, são passos necessários para a futura estatização autoritária das relações sociais e políticas do país visando garantir a concentração da tomada de poder e das decisões em um núcleo reduzido de funcionários e burocratas (civis e militares). Está na agenda de Trump restringir as capacidades do Banco Central (FED) de fixar as taxas de juros. Todas essas são medidas típicas de um Estado burguês que se encaminha a concentrar os recursos da nação e a centralizar os instrumentos de poder, objetivando a impor uma mudança rápida e violenta das relações econômicas em favor do grande capital e de seus objetivos e interesses, tanto em política interna (pela repressão da luta de classes e controle sob a oposição) quanto externa (para preparar as condições de novas medidas de guerra econômica e do intervencionismo). Não é por acaso que Trump avançou a colocar sob controle do Estado empresas como a Intel, que pretende expandir para empresas do complexo industrial militar.

Está aí expressa a fusão do estado com os monopólios e o grande capital financeiro. As instituições legislativas e executivas estão sob controle do núcleo de funcionários e burocratas que maneja o poder executivo e militar (Pentágono) que representam os interesses de poderosos grupos monopolistas da indústria militar e da tecnologia. O Congresso está se constituindo em uma caixa de ressonância das decisões fixadas desde a Casa Branca ao “preço” de participar de uma maior fatia do orçamento, dos lucros das empresas ou do genocídio palestino. Se bem são cumpridos os ritos eleitorais de troca de um governo por outro, essa mudança nunca altera o manejo dos grandes capitalistas imperialistas da maquinaria do estado. Trump é o retrato mais fiel da ditadura dessa classe e, sobretudo, do grande capital financeiro, industrial-militar e da tecnologia que precisa parasitar do estado para lucrar e que agora se encaminha a centralizar sob seus interesses às diversas frações da burguesia nacional.

A política tarifária e comercial tem agravado as divisões inter-burguesas, que se vêm acirrando como resultado da desindustrialização do país e da perda de mercados perante o poderoso avanço da China. O que acaba favorecendo as tendências centralistas e autoritárias de Trump e lhe permitem extrair de função de “árbitro” dos choques inter-burgueses seus próprios benefícios políticos ou econômicos. Uma parte considerável da burocracia estatal (civil e militar) e dos empresários que financiam o projeto MAGA, são a base social mais firme e os principais beneficiários da política do governo. Mas, Trump deve ainda combinar a centralização com concessões às diversas frações burguesas. Pretende fazer isso garantindo uma apropriação maior do lucro extraído à classe operária mundial pela via das tarifas ou das guerras, e dos cortes de benefícios sociais e dos impostos às grandes fortunas para compensar as perdas dos lucros. Entretanto, as intervenções militares e o saque brutal das semicolônias unificam toda a burguesia do país. O principal objetivo que as une é destruir a propriedade nacionalizada produto das revoluções proletárias sediadas dentro

→ das fronteiras nacionais dos estados operários degenerados. A destruição de propriedade nacionalizada e a reconstrução de forças produtivas sob controle monopolista daria uma sobrevida conjuntural à moribunda economia dos EUA.

Para ampliar o intervencionismo e projetar as guerras, a burguesia precisa de “ordem” e de “pacificação social” em sua própria casa. Ou seja, conter, centralizar e esmagar (se for preciso) os sindicatos, os movimentos e as lutas grevistas. Por esse caminho é que se orienta o intervencionismo nos sindicatos do funcionalismo, que poderá ser estendido aos da indústria militar, de bens ou dos serviços. O slogan “América Primeiro” demonstra ser um grito de guerra da burguesia imperialista norte-americana contra os assalariados e estados do mundo inteiro. O ataque contra o Irã e as manobras militares contra Venezuela não deixam margem de dúvida. Está outra vez aberta a retomada de ações de guerra contra o Irã (sua destruição faz parte do cerco militar sobre os estados operários degenerados). As falações sobre a “paz” de Trump precedem aos ataques contra as nações alvos dos EUA e seus monopólios. A paz de interesse de Trump na Ucrânia é a de uma Rússia “neutralizada” e afastada da China - alvo principal dos EUA. Mas, a Rússia está fortalecida, a China se prepara também para a guerra. Recentemente, ambos os países estreitaram mais ainda seus laços militares e econômicos. O problema é que não há como os EUA se aventurarem em uma guerra com resultado incerto para seu futuro.

Pelo dito acima, é possível traçar um paralelo - guardando as devidas proporções históricas e diferenças do processo histórico - entre os métodos do governo norte-americano e os do governo de Hitler, em 1933: **a)** predominância de uma política tendente à centralização do estado na base de uma ideologia nacional-chauvinista; **b)** política externa expansionista e marcada pelo militarismo agressivo; **c)** progressiva destruição dos métodos legais e diplomáticos para a solução das relações entre as classes, partidos e estados; **d)** perseguição, prisões e deportações dos considerados “indesejáveis” ou ameaças para o país; **e)** revitalização da ideologia da supremacia racial como fator ideológico da construção de uma “identidade nacio-

nal”; **f)** campanhas ideológicas para favorecer a retirada de direitos civis de mulheres, imigrantes e minorias; **g)** crescente controle autoritário sobre as universidades e marcado desprezo pela produção científica; **h)** proibição de livros considerados “socialistas” ou “ameaças à segurança nacional”; **i)** avanço na militarização da sociedade civil e na centralização dos sindicatos; **j)** destruição de serviços sociais voltados para pobres e miseráveis, minorias etc.



(...) é possível caracterizar o governo Trump como **semi-bonapartista com tendências bonapartistas e fascizantes**, mas não como um governo bonapartista e fascista.

A ditadura bonapartista e os métodos fascistas dos nazis visaram destruir os sindicatos e, sobretudo, seus setores revolucionários, para assim centralizá-los sob direção do capital financeiro e concentrar todas as forças produtivas e recursos nacionais para o objetivo da guerra para impor uma nova divisão de mercados e colônias. Trump não enfrenta ainda o perigo da luta de classe, não existe um poderoso movimento proletário orientado sob a política marxista e revolucionária e a burguesia norte-americana ainda conta com reservas econômicas e métodos políticos para manter entre as massas as ilusões democráticas. Portanto, a principal diferença (e é abismal!) entre Hitler e Trump, e entre seus métodos, reside nas reservas de capitais e riquezas acumuladas pelos EUA que permitem sua burguesia operar dentro das instituições democráticas (ainda que brutalmente deformadas). Sobretudo, reside no profundo retrocesso político do proletariado e a brutal crise de direção revolucionária.

Eis porque é possível caracterizar o governo Trump como semi-bonapartista com tendências bonapartistas e fascizantes, mas não como um governo bonapartista e fascista. Seu desenvolvimento político se ajusta ao que em nosso programa definimos como a tendência mais geral da etapa de de-

composição capitalista quando está ainda ausente a direção revolucionária dirigindo o proletariado. Eis: *“Fascismo e parlamentarismo são dois regimes de governo burgueses. Não há contradição quanto a seu conteúdo de classe, mas sim quanto às combinações de classe em que se apoiam e aos métodos para conter a luta de classes. O fascismo surge do parlamentarismo e da democracia burguesa, mas prescinde desses quando a luta de classes ameaça a dominação da burguesia. Quando as massas estão profundamente atrasadas em sua consciência de classe, e continua vigorando a crise de direção revolucionária, a transição entre esses dois diferentes regimes de governo da burguesia pode se arrastar por um longo período e assumir formas combinadas de um e outro. Essa é a lei mais geral da substituição de um regime burguês por outro na época de decomposição capitalista em todos os países”.*

De posse de seu programa e sob direção de sua direção revolucionária constituída em partido marxista-leninista-trotskista, é que o operariado norte-americano romperá com a burguesia e traçará a via da guerra civil pela sua derrubada. Mas, estamos ainda muito longe disso. É na crise de direção revolucionária mundial que se acha o fundamento histórico desse abismo entre as tarefas colocadas à classe operária e sua não intervenção na crise dos EUA com sua própria política. A reconstrução da direção revolucionária mundial apoiada nas lutas operárias seria um grande impulso para abrir uma via à revolução nos EUA. Via essa que poderá ir se abrindo ainda em meio à luta em defesa de direitos, salários, empregos e liberdade de organização sindical, visando unificar e nacionalizar os movimentos grevistas e manifestações de massas que inevitavelmente surgirão, permitindo assim a vanguarda com consciência de classe dar passos à construção do partido da revolução e ditadura proletárias.

Quanto mais demora o proletariado norte-americano e mundial em cumprir essa tarefa, quanto mais suas direções políticas se afundem no espelismo da democracia, mais a decomposição do capitalismo levará a crises econômicas mais profundas, a guerras mais devastadoras e uma ofensiva contrarrevolucionária da burguesia mundial que afundará a humanidade na mais absoluta barbárie. ●

Eleições na Bolívia

O MAS é ejetado do comando do estado burguês

O primeiro turno das eleições bolivianas deu a vitória a Rodrigo Paz, com 32,1%, sobre Jorge “Tuto” Quiroga, com 26,8%. Os dois candidatos são representantes políticos da direita e da burguesia branca e racista, que agora voltará a ter um representante de sua classe no estado. Ganhe quem ganhe no segundo turno, é fato que após 20 anos o Movimento ao Socialismo (MAS) foi ejetado do poder. O principal objetivo traçado há décadas pela direita e ultradireita entreguista, foi finalmente cumprido.

O imperialismo, a burguesia e os latifundiários acreditaram ter conquistado esse objetivo com a renúncia de Evo Morales à presidência, em 2019. Perante *“as movimentações dos setores fascitizantes e direitistas que cavalgaram sobre a massiva rejeição popular ao golpe eleitoral de Evo Morales”,* e não contando com sua *“direção revolucionária organizando a revolta operária e popular, a direita conseguiu se impor, graças à renúncia de toda a linha de sucessão do MAS e com o apoio do alto comando militar e policial, para desviar a luta das massas e garantir o governo transitório”*¹. Evo entregou o poder que caiu no colo da direitista Añez. Um ano mais tarde, essa convocava eleições após seu completo fracasso no governo, vencendo o candidato masista Luis Arce. No dia 26/06/2024, aconteceu uma tentativa de golpe militar que *“pretendia impedir que, qualquer que fosse o eleito no ano que vem, não fosse ninguém do MAS, mas sim da oposição direitista”,* portanto, exigia interferir nas eleições que viriam acontecer um ano depois. Os golpistas exigiam ainda a *“libertação do ultradireitista Camacho e da ex-presidente Yanina Añez, que estiveram à frente do governo provisório, após a renúncia de Morales, em 2019”*².

Se bem a tentativa de golpe militar de 2024 se desfez três horas depois de começar, seus objetivos foram “conquistados” um ano depois – ainda que por outras vias. A ruptura de um setor das massas com o MAS, estando ausente a direção revolucionária, abriu o caminho à vitória direitista pela via eleitoral. Setores da burocracia estatal correram para se adaptarem aos “novos ventos” políticos. Por ordem do Tribunal Constitucional, foram liberados de prisão preventiva os acusados de “golpe de estado” e responsabilidade na repressão contra os protestos de camponeses e assalariados durante o governo de Añez (2019 até 2020), e na qual foram assassinados dezenas de manifestantes: Luis Fernando Camacho, ex-governador de Potosí, Antonio Pumari, presidente do Comitê Cívico de Potosí e Jeanine Añez,

Qualquer seja o vencedor do segundo turno, seus programas são duas variantes do mesmo plano da burguesia: liberalização dos preços e do dólar, “redução” do estado via privatizações e abertura irrestrita à exportação e importações e livre acesso aos monopólios imperialistas na exploração de riquezas naturais. Ou seja, depreciação da moeda, livre circulação de capitais estrangeiros, retirada dos subsídios aos combustíveis (elevação dos preços no mercado interno) etc. Além disso, se aumentará a solicitação de novos “créditos internacionais”, ou seja, agravamento do parasitismo sobre a dívida pública.

1. *“Tentativa frustrada de golpe de estado acaba favorecendo a centralização política do governo Arce e reforça ilusões democráticas”,* Manifesto publicado no O Internacionalista n° 17, de julho de 2024.

2. Idem ponto anterior

Uma das mudanças mais relevantes será a reabertura de um processo de avaliação das concessões à exploração de empresas estatais chinesas na exploração do lítio, favorecendo os interesses do imperialismo norte-americano de empurrar à China para fora da América do Sul. A Bolívia passará a ser utilizada em novo campo de manobras nos choques entre os EUA e a China.

Isso se refletirá em aumento dos preços, agravamento das condições de vida das massas, retirada de direitos e rebaixamento de salários aumentando as margens de lucro de exportadores e importadores. Veremos ainda uma “revanche” social e político da burguesia e pequena burguesia branca ejetada por dois décadas do parasitismo do estado pelos masistas, que avançará na destruição dos ultralimitados direitos culturais, sociais, políticos e econômicos das nações indígenas (a maioria camponesa do país) e demais oprimidos conquistados sob o MAS – o mesmo tentou sob o governo Añez, mas não conseguiu.

Está colocada a tendência de dissolução do MAS e de sua estrutura política firmada sobre sindicatos (camponeses e operários) e as organizações comunais, em cuja cabeça erguia-se o caudilho Evo, que agia como árbitro nas disputas de suas frações internas. A sobrevivência do MAS depende fundamentalmente do parasitismo sobre o aparelho do estado e seus bilionários recursos. Retirado essa fonte de parasitismo, é provável que o MAS se estilhace e suas frações passem a tomar posse das organizações regionais para garantir sua sobrevivência e facilitar as negociações com os governos.

Com a burocratização do aparelho e os ataques de seus governos contra a vida das massas, parte das bases masistas deram as costas a Evo, abandonaram o partido e passaram à oposição contra seus governos do MAS. Quando a pequena burguesia e os assalariados se revoltaram contra Morales em 2019, e o partido se fragmentou, reforçaram-se as possibilidades eleitorais da direita. Antes mesmo da tentativa golpista do ano passado, o MAS já estava fragmentado em dois setores irreconciliáveis. E se bem *“As duas frações do MAS ... convocaram que se enfrentasse o golpe”,* o fizeram com objetivos diferentes: *“Morales quer garantir sua eleição e Arce sua reeleição”*³. Não iria demorar para Morales acusar Arce de ter organizado um “autogolpe” para se preservar no poder. A acusação veio à tona quando Arce foi a favor de manter inabilitado eleitoralmente a Morales Ampliou-se assim o abismo fracional. O “voto nulo” chamado por Morales em “protesto” contra as eleições ilegítimas não ultrapassou os 20%, mostrando a perda de sua influência sobre as massas bolivianas.

Com a separação do aparelho partidário das necessidades das massas; a anulação da democracia seguida pelo centralismo burocrático e a centralização autoritária ao redor da figura de Evo ou Arce; e, sobretudo, com a política pró-burguesa e antioperária de seus governos, anula-se qualquer possibilidade de novas figuras aparecerem e arrastarem às bases. Esse foi o caso de Andrónico, dirigente sindical indígena e presidente da Câmara de Senadores, considerado como “herdeiro” de Morales, que devia nome-

3. Idem ponto anterior

→ ar seu candidato. Andrónico lançou sua candidatura sem consulta à estrutura partidária, ato que foi entendido como uma tentativa de se independizar do “líder” Evo. Ao chamar ao voto nulo, Morales abandonou Andrónico. A votação ínfima em sua candidatura demonstrou que a estrutura do MAS só pode servir ao caudilho, que deve decidir sobre todo de forma autocrática e autoritária.

O percurso de desagregação do MAS se explica pelo fato dos governos *“reformistas ou de tinturas nacionalistas estão hoje todos, sem exceção, agindo para sustentar o parasitismo financeiro e aumentar a superexploração do trabalho, cortando salários, empregos e direitos. A crise econômica os pressiona, por conta da insatisfação crescente das massas e maior divisão inter-burguesa”*. Por outro lado, a *“direitização crescente das burguesias nacionais”* atinge todos os governos burgueses, incluídos os do MAS⁴. O resultado desse processo se apresenta hoje mais claramente perante nossos olhos.


Ao respeitar a grande propriedade privada burguesa e demonstrar toda sua impotência para transformar o país por

dentro do capitalismo, o *“Socialismo do Século XXI”* decompõe como uma paródia do nacionalismo burguês já esgotado historicamente. A burguesia imperialista está em uma violenta ofensiva contra as massas e nações oprimidas para manter seus lucros, e transforma os países semicoloniais em peões de suas manobras mundiais. As massas camponesas e operárias bolivianas serão mais uma vez sacrificadas aos interesses do imperialismo e sua burguesia parasitária.

Sem sua direção revolucionária, as massas exploradas não têm como erguer seu programa e, por isso, são arrastadas a votar para decidir qual partido da ordem burguesa será seu próximo verdugo. Mas, são obrigadas a se organizarem imediatamente para enfrentar o novo governo com a luta de classes sob um programa comum de reivindicações. Para isso, devem retomar o caminho revolucionário percorrido pelo POR dos tempos de G. Lora, tornando consciente o instinto revolucionário do proletariado e das massas. ●

4. Idem ponto anterior

Seis anos após as manifestações no Chile, as massas permanecem sob ataques

 Em outubro de 2019, principalmente os estudantes, iniciaram as manifestações que rapidamente arrastaram centenas de milhares de chilenos para as ruas. O estopim foi o aumento de 4% (30 pesos na época) no bilhete do metrô. O levante operário e popular refletia o agravamento das condições de vida. O então presidente direitista, Sebastián Piñera (2018-2022), recorreu ao “estado de emergência” e toque de recolher para tentar conter as manifestações, o que não surtiu efeito. Durante semanas, dezenas de milhares de manifestantes enfrentaram a repressão decididos a impor suas reivindicações. Dentre elas, se destacou a exigência da imediata convocatória a uma Assembleia Constitucional para substituir a Constituição ditada por Augusto Pinochet. Eis porque mesmo com a suspensão do aumento do bilhete, as manifestações se mantiveram, contando com maior número de pessoas e marcadas pela violência da polícia e do exército, que mataram mais de 30 pessoas, deixaram mais de 200 feridos e ao menos 2.000 presos.

Na ausência de uma direção revolucionária, o movimento foi contido e canalizado pelos partidos da ordem burguesa que operaram para proteger as instituições burguesas. Iniciou-se em 2020 um processo constituinte para substituir a Carta Magna de 1980, outorgada durante a ditadura militar (1973-1990). Um primeiro texto foi reprovado por 62% em 2022, e em 2024 um segundo texto foi reprovado por mais de 55% da população. O conteúdo de ambas as propostas é de manutenção das privatizações das aposentadorias e da educação, salário mínimo de miséria e de lucros das diferentes frações da burguesia nacional e imperialista que mercantilizaram a educação, saúde, transportes, etc., e que em nada atendem as reivindicações mais sentidas das massas.

O partido Convergência Social, uma fusão de 2018 do Movimento Autonomista, Esquerda Libertária, Nova Democracia e Socialismo e Liberdade, todos integrantes coligação Frente Ampla, se viu em condições favoráveis para criticar a direita e se impulsionar eleitoralmente, conquistando nas

eleições de 2021 diversas cadeiras parlamentares e da presidência, com Gabriel Boric.

Mesmo se aproveitando da insatisfação das massas com o resultado do neoliberalismo aplicado na década de 1980, a dita esquerda chilena democratizante demonstrou-se mais uma vez incapaz de aplicar reformas progressistas em que sejam melhoradas as condições de vida dos explorados, por dentro do capitalismo. À época das manifestações, muito se denunciou sobre a carestia de vida, o salário mínimo de miséria e a aposentadoria insuficiente que levou idosos a se suicidarem por não conseguirem se sustentar, entre diversas outras mazelas. Boric declarou que *“durante o nosso mandato, o processo constitucional está fechado. As emergências são diferentes”*, trazendo à tona o conteúdo de defesa do lucro em detrimento da condição de vida dos chilenos. Boric também se alinha com as posições do imperialismo, como exemplo achar que a reeleição de Maduro sobre Edmundo González seria um resultado *“difícil de acreditar”*. E, sobretudo, continua aplicando uma política de militarização e repressão da luta histórica do povo Mapuche a sua autodeterminação sobre as terras que lhe foram roubadas há séculos.

Dentro da democracia burguesa, as posições de Boric e da Convergência Social são mais um exemplo de que no capitalismo imperialista em decomposição não há margens possíveis para atender as reivindicações mais sentidas das massas por meio de reformas. A impossibilidade de reformar minimamente a Constituição pinochetista, é o exemplo mais claro que a redemocratização não alterou a estrutura econômica e social imposta a sangue e fogo em favor dos monopólios imperialistas. Sobretudo, que os partidos reformistas sempre enganam às massas as arrastando a confiar nas instituições, enquanto continuam aplicando a política neoliberal traindo as massas. É necessário superar o capitalismo com o socialismo, com a estratégia da revolução e ditadura proletária como a única via à conquista da real e completa do conjunto dos explorados, bem como para a derrubada de um regime que explora e oprime as classes e minorias nacionais. ●

Israel não está isolado: uma rede de negócios e lucros unem às burguesias e os governos ao genocídio palestino

Reiniciamos o estudo iniciado no O Internacionalista n° 21 (novembro 2024) sobre os movimentos e governos que combatem o genocídio ou o financiam e apoiam. Já publicamos as notas: **1)** “A burguesia imperialista é a responsável, e as burocracias estalinistas favorecem o genocídio palestino” (OI n° 21); **2)** “Países árabes denunciam Israel, mas mantêm relações – econômicas, políticas e diplomáticas – que permitem continuar com o holocausto palestino e libanês, e atacar a Síria e o Irã, que apoiam a resistência em Gaza e no Líbano” (OI n° 22, dezembro de 2024); **3)** “A decisão dos houthis de combater o imperialismo e o sionismo, ao lado da resistência palestina, representa um ponto alto na luta contra o holocausto palestino” (OI n° 24, fevereiro de 2025); e, **4)** “A burguesia e governos hindus lucram com os massacres de palestinos e pretendem colonizar a Caxemira com os mesmos métodos e objetivos que Israel em Gaza” (OI n° 28, junho 2025). Nesta nota, mostramos como o governo de Ilham Aliyev, presidente do Azerbaijão, é também cúmplice do genocídio ao integrar uma rede energética que une países asiáticos para fornecer petróleo e gás para Israel. Tomamos como referência uma nota do *The Cradle*¹, desenvolvendo as relações colocadas e apresentando um resumo de nossas formulações.

Na bacia do Mar Cáspio, acha-se o campo de petróleo Azeri-Chirag-Deepwater Gunashli (ACG) operado pela BP Exploration Limited (monopólio inglês) que alimenta o oleoduto Baku-Tiflis-Ceyhan (BTC), que passa pela Geórgia e vai até o porto turco de Ceyhan. Daí, o petróleo se exporta para portos italianos, gregos e egípcios, onde por meio de troca do óleo de um navio a outro, é carregado em navios em direção aos portos israelenses. O BTC fornece a Israel 40% do total do petróleo consumido por esse. A estatal petrolífera azerbaijana, a SOCAR, é ainda uma principal investidora da Türkiye (Turquia). Não apenas lucram os governos da Geórgia, Turquia e Azerbaijão como também bancos e fundos de investimentos norte-americanos, ingleses, franceses, chineses etc. O carvão, por sua vez, representa 12,7% de matéria-prima consumida por Israel para produzir energia. Um de seus principais, a Colômbia (entre 50% a 60% do total), bloqueou todas as exportações para Israel. Mas, são parte dessa “rede” de provisão de carvão a Rússia, a África do Sul, os EUA e a China que podem suprir essa necessidade.

Empresas privadas e estatais fornecem até 66% do petróleo que consome Israel. 35% desse corresponde a seis grandes empresas imperialistas: BP (britânica), Chevron (EUA), Eni (italiana), ExxonMobil (EUA), Shell (Inglesa) e Total-Energies (francesa). Cazaquistão é um dos países que mais exporta para Israel: 22% do petróleo bruto consumido por Israel, que é exportado pelo porto russo de Novorossiysk. Destaca ainda o Brasil, com 9%. Além do Gabão, da Nigéria e do Congo, que contribuem com 37%. Países não produtores servem de “nodos” para as exportações para Israel – Grécia, Chipre, Itália, Egito e Albânia.

“Em 2020, a israelense Europe-Asia Pipeline Co. assinou um acordo de transporte com a empresa dos Emirados Árabes Unidos RED Land Bridge Ltd., aprofundando os laços entre os estados do Golfo e Tel Aviv”, disse o artigo de *The Cradle*. Assinala ainda que o Egito recentemente “assinou um acordo recorde de US\$ 35 bilhões para o fornecimento de gás com Tel Aviv, quase triplicando suas importações de gás dos campos offshore de Leviathan – o maior acordo de exportação da ‘história’ israelense”. E ainda: “A NewMed Energy, uma empresa israelense, prevê transportar 130 bilhões de metros cúbicos (bcm) de gás para

o Egito até 2040”. Israel produziu “11,33 bcm de gás, gerando US\$ 282 milhões em receita”. O campo Tamar, por sua vez, “arrecadou US\$ 232 milhões com 10,09 bcm”. Assim, “A produção total de gás aumentou 8,3%, com royalties subindo quase 11%, para US\$ 704,5 milhões”. Os campos de Leviathan são de propriedade dos palestinos porque constituem riquezas localizadas na plataforma marítima da Palestina. Desde a criação do estado artificial de Israel, em 1948, esses recursos roubados à força passaram a enriquecer à burguesia sionista e prover de recursos ao genocídio de seus donos originários.

Iraque e Azerbaijão, durante a guerra de 12 dias de Israel e os EUA contra o Irã, abriram seus espaços aéreos aos aviões, drones e mísseis israelenses e norte-americanos. Após a invasão norte-americana e derrubada do regime de Saddam Hussein, o Iraque se transformou em uma nação fragmentada, incapaz de exercer sua soberania e um campo de manobra do imperialismo e do sionismo contra uma nação árabe que está ameaçada de ser trucidada como o foi o Iraque. Destroçar Líbano e Síria é parte desse objetivo estratégico. Com a Síria afundando na mesma fragmentação em que afundou a Líbia e o Iraque, quase todos os céus e as terras do Oriente Médio são hoje um território livre para a ação dos genocidas e colonialistas contra as nações oprimidas. O recente acordo Armênia-Azerbaijão² incorpora uma região estratégica do Cáucaso Sul ao campo de manobras imperialistas e sionistas contra Irã, Rússia e China.

Basta repassar os dados acima para deixar em claro que a cumplicidade desses países com Israel é mais um dos negócios lucrativos que os monopólios garantem com a continuidade do genocídio e a existência do estado terrorista e artificial sionista. O sangue palestino cotiza alto nas bolsas de valores e enche os cofres de inúmeros países. E o holocausto passou a constituir uma função econômica dos negócios monopolistas. Hipocrisia, porém, é o que não falta: Brasil denunciou o genocídio, e a África do Sul acusou Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), mas continuam negociando com os genocidas.

Muito se fala que Israel está isolado. Mas, as relações econômicas aqui expostas demonstram todo o contrário. Com exceção do Irã e dos houthis, não há outra força governamental ou país que esteja defendendo com ações e apoio direto o fim do genocídio e a derrota de Israel. Enquanto a maioria dos povos e explorados estão em favor dos palestinos, os governos e burgueses fazem negócios com o sangue palestinas e suas direções seguem submissas a esses governos que financiam o holocausto.

A disposição da esmagadora maioria mundial em sair em defesa dos palestinos, pela derrota de Israel, coloca a urgência de superar a crise de direção revolucionária: principal entrave para que as massas não assumam o programa e os métodos da luta de classes sob o objetivo imediato de estrangular as capacidades econômicas, energéticas e financeiras de Israel. Impondo a seus governos a ruptura com Israel, paralisando a produção e as exportações a esse país, as massas ganhariam um pouco de tempo para a resistência e o povo palestino recompor suas forças e ajudariam a enfraquecer os genocidas. Assim, trata-se de “superar a crise de direção revolucionária, erguendo os partidos proletários e internacionalistas que combatam ao lado dos oprimidos (sem apoiar o programa e métodos de suas direções), e organizem o proletariado em todos os países para estrangular a maquinaria militar das potências, e avançar na luta de classes contra as burguesias, sob sua estratégia própria de poder”³. ●

2. “Azerbaijão segue a trilha da submissão da Armênia ao imperialismo”, OI n° 30.

3. “A burguesia imperialista é a responsável, e as burocracias estalinistas favorecem o genocídio palestino”, OI n° 21.

1. “Israel is not isolated: A global web of oil and complicity”, Erman Çete – 28/08